UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA/FFLCH USP

VITOR XAVIER NETO

A geografia do trabalho
Informal no centro histórico da cidade de
São Paulo (SP)

São Paulo

2017

VITOR XAVIER NETO

A geografia do trabalho Informal
no centro histórico da
cidade de São Paulo (SP)

São Paulo

2017

VITOR XAVIER NETO

A geografia do trabalho
informal no centro histórico da cidade
de São Paulo (SP)

Dissertação apresentada ao
Departamento de Geografia
Humana da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do título de
Mestre em Geografia Humana.

Área de Concentração:
Geografia Humana.

Orientador: Prof^o. Dr. Francisco
Capuano Scarlato.

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de _____

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Xavier Neto, Vitor

A geografia do trabalho informal no centro histórico da cidade de São Paulo / Vitor Xavier Neto; Orientador: Profº. Dr. Francisco Capuano Scarlato. – São Paulo, 2017.

Nº f. : il.

Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, 2017.

1. (TÍTULOS). INTRODUÇÃO. PARADIGMAS ECONÔMICOS E O RECORTE ESPACIAL PARA A ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL. OS OBJETIVOS DA PESQUISA. METODOLOGIA DA PESQUISA. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO MUNDO SUBDESENVOLVIDO. NEOLIBERALISMO. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E TERRITÓRIO EM DISPUTA. PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DO TRABALHO INFORMAL. AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO: DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL À INFORMALIDADE. UMA ANÁLISE NUMÉRICA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E A SALIÊNCIA DA INFORMALIDADE. O TRABALHO EMPÍRICO: A RELAÇÃO INERENTE ENTRE TEORIA E PRÁTICA. ANÁLISE E ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES INFORMAIS DA AVANIDA IPIRANGA, AVENIDA SÃO JOÃO E RUA DOM JOSÉ DE BARROS – SÃO PAULO. AS ENTREVISTAS. RESULTADOS. CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PPGH (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA) - COLÓQUIOS COM O ORIENTADOR - COLÓQUIOS COM O ORIENTADOR. AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS CURSADAS. QUESTIONÁRIO DE CAMPO E ANÁLISE EMPÍRICA. FOTOGRAFIAS DO TRABALHO DE CAMPO.

CDD

Nome: XAVIER NETO, Vitor.

Título: A geografia do trabalho informal no centro histórico da cidade de São Paulo.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Mestre em
Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

(Lombada)

DEDICATÓRIA

Dedico as linhas a seguir a toda classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- * Meu Pai. Sendo este, o primeiro professor e amigo a me mostrar teórica e empiricamente as injustiças promovidas pelo sistema capitalista de produção;
- * minha Mãe me mostrando ao longo da vida que a perseverança é um valor central;
- * minha irmã;
- * minha Esposa que apesar de todas as dificuldades, sempre me apoiou ao longo do caminho para a concretização deste trabalho;
- * ao mestre Professor Francisco Capuano Scarlato pela orientação, sabedoria, sensibilidade pedagógica e incentivos vitais nos momentos de dúvidas;
- * aos Professores do cursinho popular “Prestes Vestibulares” por me mostrarem que a educação crítica e a luta por igualdade devem permear o nosso cotidiano e todos os espaços educativos;
- * a Professora Doutora Marta Luedmann que iniciou a orientação desta pesquisa, ainda na Iniciação Científica na UNESP (Universidade Estadual Paulista) – campi Ourinhos – SP;
- * aos meus Avós por parte de pai que me acolheram nos momentos necessários e por parte de mãe por me ajudarem a concluir a graduação;
- * aos Professores Doutores Wanderley Messias da Costa, Ricardo Mendes e Júlio César Suzuki por compartilharem o conhecimento da geografia em suas múltiplas áreas de estudo com a realização das matérias do PPGH (Programa de Pós Graduação em Geografia Humana);
- * aos Professores (as) do processo de qualificação deste trabalho: Professora Gloria, Rodrigo e Scarlato pelas críticas e sugestões que contribuíram para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa;
- * a todos os Professores da minha graduação em Geografia;
- * as indicações de todos que compreendem a teoria crítica/materialista como paradigma teórico essencial para a produção acadêmica;
- * aos que não foram citados por questão de esquecimento agradeço do mesmo modo...

EPÍGRAFE

“A história da humanidade é a história da luta de classes” (Marx/Engels – 1848).

RESUMO

O presente projeto de pesquisa refere-se à geografia do trabalho informal na cidade de São Paulo (SP). Com a sua realização busca-se observar quais são as perspectivas dos trabalhadores desse setor no que se refere à sua organização social na conquista por direitos e melhorias para as condições de trabalho. Neste sentido, a questão central da análise constitui-se em compreender como o fenômeno da informalidade presente no mundo contemporâneo se reflete em São Paulo. Parte-se da premissa de que a reestruturação da base técnica do capital e a adoção pelo Estado brasileiro dos princípios políticos neoliberais a partir da década de 1990 foram os principais processos da política econômica que contribuíram para a diminuição do número de vagas no mercado de trabalho no Brasil. Diante disso, verificou-se um aumento significativo dos trabalhadores presentes no mercado informal da economia brasileira e por consequência, na cidade de São Paulo. Com o desenvolvimento da pesquisa, salientam-se as características da informalidade em São Paulo, tendo como objeto de estudo, os comerciantes ambulantes/informais presentes na cidade.

PALAVRAS- CHAVE

Espaço geográfico, trabalho informal, neoliberalismo, globalização.

ABSTRACT

The research project refers to the geography of informal work in the historical centre of the city São Paulo (SP). Therefore for the purpose, it is sought to observe the perspectives of the workers of this sector with regard to their social organization in the conquest by rights and improvements to the working conditions. While in this sense, the central question of analysis is to understand how the phenomenon of informality present in the contemporary world is reflected in São Paulo. It is based on the premise that the restructuring of the technical capital base and the adoption by the Brazilian State of neoliberal political principles from the 1990s were the main economic policy processes that contributed to the decrease in the number of jobs in the labor market in Brazil. Therefore, there was a significant increase of the workers present in the informal market of the Brazilian economy and, consequently, in the city of São Paulo. The development of the research, the characteristics of informality in São Paulo are highlighted, having as object of study the street / informal merchants present in the city.

KEY WORDS

Geographic space, informal work, neoliberalism, globalization.

SUMÁRIO

PARTE I

1. INTRODUÇÃO.....	p. 1
1.1. PARADIGMAS ECONÔMICOS E O RECORTE ESPACIAL PARA A ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL.....	p.2
1.2. OS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	p. 4
1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA	p. 5
1.4. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO MUNDO SUBDESENVOLVIDO	p. 6
1.5. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO E AS NOVAS FUNÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO.....	p. 30

PARTE II

2. O NEOLIBERALISMO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E TERRITÓRIO EM DISPUTA.....	p.33
2.1. PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DO TRABALHO INFORMAL	p.37

PARTE III

3. AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO: DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL À INFORMALIDADE	p. 43
3.1 UMA ANÁLISE NUMÉRICA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E A SALIÊNCIA DA INFORMALIDADE	p. 57
3.2. O TRABALHO EMPÍRICO: A RELAÇÃO INERENTE ENTRE TEORIA E PRÁTICA	p. 64
3.3. ANÁLISE E ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES INFORMAIS DA AVANIDA IPIRANGA, AVENIDA SÃO JOÃO E RUA DOM JOSÉ DE BARROS – SÃO PAULO	p. 66
3.4. AS ENTREVISTAS.....	p. 67

PARTE IV

4. RESULTADOS	p. 84
4.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 86
4.2. REFERÊNCIAS.....	p. 88

PARTE V

ANEXOS

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PPGH (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA) - COLÓQUIOS COM O ORIENTADOR - COLÓQUIOS COM O ORIENTADOR.....	p. 94
5.1. AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS CURSADAS	p. 95
5.2. QUESTIONÁRIO DE CAMPO E ANÁLISE EMPÍRICA	p. 97
5.3. FOTOGRAFIAS DO TRABALHO DE CAMPO	p. 99

1. INTRODUÇÃO

Com a presente pesquisa busca-se compreender e analisar as características e os efeitos negativos sobre o mundo do trabalho que o sistema capitalista de produção promoveu ao se expandir em escala planetária com o fim da antiga ordem bipolar e a ascensão da nova ordem mundial a partir de 1990.

O objeto analítico desse estudo é a organização do trabalho contemporâneo, tendo como foco os aspectos que constituem o universo do trabalho informal que atinge uma expressividade cada vez maior de trabalhadores inseridos na lógica econômica do capital.

Com a análise metodológica, bibliográfica e empírica busca-se verificar as causas e os efeitos do fenômeno relativo à informalidade, considerando que este é um dos principais problemas enfrentados pela classe trabalhadora nos dias atuais. Sendo que a inserção no mercado informal de trabalho amplia-se, intensifica-se e desenvolve-se no mundo todo.

No Brasil 100 milhões de trabalhadores constituem a População Economicamente Ativa (PEA) - (Baltar, 2014) – sendo que deste total 70,8 milhões de pessoas “giram em torno do mercado de trabalho” (Baltar, 2014); exercendo suas atividades com precárias condições e sem garantias de direitos que constituem as leis trabalhistas. Do número total da PEA entre 30% a 50% trabalham na informalidade (Ulyssea 2005/Duailibe, 2013).

O recorte sócioespacial para a compreensão deste processo/fenômeno delimita-se entre os trabalhadores informais da Avenida Ipiranga, Avenida São João e Rua Dom José de Barros presentes no Centro Histórico da cidade de São Paulo. Sendo as respectivas ruas, focos concentradores da economia e do trabalho informal.

1.1. PARADIGMAS ECONÔMICOS E O RECORTE ESPACIAL PARA A ANÁLISE DO TRABALHO INFORMAL

Os princípios políticos e econômicos neoliberais compreendidos entre 1990 a 2017 afetam negativamente a dinâmica do emprego e a execução do trabalho da classe trabalhadora brasileira

Com a análise teórico/bibliográfica estudada e apresentada verifica-se que durante o recorte histórico acima citado ocorreu uma elevação nas taxas e nos índices de desemprego no Brasil. Assim, aumentando os índices dos trabalhos executados na informalidade.

Segundo ULYSSEA (2005) entre 1980 e o final da década de 1990, 38% dos trabalhadores brasileiros encontravam-se na informalidade. A respeito disso o autor propõe ainda uma definição do que seria o trabalho informal. Segundo a legislação brasileira o trabalho com carteira assinada enquadra-se no que poderia se chamar de trabalho formal, assim, todos os trabalhadores que exercem algum tipo de atividade sem o registro em carteira são definidos como trabalhadores informais.

Entre as décadas de 1930 e 1970 os governos que se sucederam no controle político do Brasil implementaram em maior ou menor escala projetos para promover o desenvolvimento industrial no país. O primeiro grande processo de desenvolvimento industrial da economia brasileira ocorreu entre as décadas de 1930 e 1940 durante as gestões de Getúlio Vargas. O objetivo central neste contexto era elevar a capacidade da estrutura produtiva da indústria brasileira conduzida e controlada pelo Estado. O paradigma produtivo neste contexto histórico baseava-se na matriz fordista/teylorista que utilizava um grande contingente de trabalhadores na produção fabril em série, assim, buscando otimizar ao máximo os índices de emprego.

Com o neoliberalismo e a globalização econômica do capital, as corporações produtivas e as empresas transnacionais estruturadas sobre a matriz toyotista e na produção flexível robotizada passam a ser beneficiadas com abertura econômica dos países periféricos, entre eles o Brasil. Com o desenvolvimento deste processo político/econômico ocorre uma precarização absoluta do trabalho: terceirizações, contratos temporários de emprego, tentativa de flexibilização das leis trabalhistas, bem como, um grande e expressivo aumento nas taxas e nos índices de desemprego e nos índices do trabalho informal.

Nesta perspectiva, buscou-se compreender múltiplos aspectos que afetam este grupo de trabalhadores. Dessa forma, a pesquisa com os mesmos ocorreu com múltiplos questionamentos demonstrados por meio da aplicação de questionário no trabalho de campo (ver anexo – questionário aplicado em campo).

Assim, o trabalho empírico realizou-se com o objetivo de entender as características, problemas, causas e efeitos da informalidade. O relato dos trabalhadores se constituiu como fator fundamental na ação empírica para termos esclarecimentos de sua própria percepção diante de suas atividades, seu posicionamento político e profissional relativos aos problemas e soluções do mundo que os cercam.

1.2. OS OBJETIVOS DA PESQUISA

OBJETIVOS GERAIS

- Compreender o fenômeno do trabalho informal presente no mundo contemporâneo;
- Compreender o paradigma econômico Neoliberal no Brasil e no mundo;
- Compreender as relações existentes entre capital, Estado e trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a dinâmica dos trabalhadores informais na Avenida Ipiranga, Avenida São João e Rua Dom José de Barros/Centro Histórico da cidade de São Paulo;
- Analisar os índices de emprego e desemprego no Brasil durante as últimas décadas;
- Observar a relação que os trabalhadores informais/ambulantes possuem com fiscais de segurança e polícia militar;
- Verificar quais são as características do comércio informal analisando aspectos, tais como: produtos vendidos, tempo de trabalho diário, escolaridade dos trabalhadores, localizações de moradia, locais de origem, renda obtida, entre outros;
- Compreender se existe a noção de classe social entre os trabalhadores informais.

1.3. A METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia adotada para a realização da pesquisa se constituiu na análise bibliográfica e de dados sobre a economia informal, crise econômica, transformações no paradigma tecnológico, mudança da dinâmica socioeconômica e espacial da cidade de São Paulo. Elaborou-se ainda, questionários para a realização de entrevistas. Assim, buscou-se compreender quais são as características do comércio informal, o que é comercializado, como ele surgiu, qual o perfil dos trabalhadores informais, suas condições de trabalho, entre outros aspectos. Consultou-se ainda banco de dados de instituições tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outras instituições que trabalham com números econômicos e sociais. Posteriormente, realizou-se entrevistas buscando identificar qual a posição dos trabalhadores diante do problema da informalidade.

1.4. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO MUNDO SUBDESENVOLVIDO

Em seu livro “Economia Global e Exclusão Social”, Gilberto Dupas (1999) demonstrará o caráter segregador e os malefícios que a economia globalizada traz para a maioria dos países periféricos que compõem a geopolítica do mundo contemporâneo. No referido livro o autor reflete ainda, a revolução técnica e científica que promoverá uma mudança significativa na estrutura produtiva do capital e a consequente redefinição que tais mudanças promoverão nas condições do mercado de trabalho. O grande desenvolvimento tecnológico ocorrido durante as últimas décadas do século XX promoveu uma diminuição significativa das vagas de emprego no mundo todo, consequentemente verificou-se um crescente aumento no índice de desemprego atingindo, principalmente o mundo subdesenvolvido:

Restringindo-se o foco às empresas transnacionais, dois terços dos novos empregos por elas gerados estão nos países sedes (Unctad, 1994, apud: Dupas, 1999). Dois terços do restante, pouco mais de 20% do total, encontram-se em suas filiais em países desenvolvidos, sobrando pouco mais de 10% do total para os países mais pobres (DUPAS, 1999, p.92).

Conforme o autor, a baixa qualificação e a enorme oscilação da demanda da periferia capitalista associadas à redução do emprego, aprofunda o subemprego e a informalização.

Paralelamente a modificação ocorrida na esfera produtiva, os princípios políticos que norteiam a economia global, também ganharam nova forma. O neoliberalismo surge como proposta política dos EUA para os demais países da América Latina, havendo com isso a redução da participação do Estado na esfera econômica e um consequente abandono dos projetos nacionais de desenvolvimento verificado nos outros grandes ciclos econômicos da economia dos países latino americanos. Assim, a década de 1990 apresentou um grande retrocesso no que tange as políticas de desenvolvimento econômico e social de tais países:

As propostas do consenso de Washington nas dez áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do estado e a corrosão do conceito de nação; por outro, o máximo de abertura as importações de bens e serviços e a entrada de capitais de risco, tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas (BATISTA, 1994, p. 11).

De acordo com Pochmann (2004), os impactos do neoliberalismo são extremamente negativos sobre a economia brasileira. O liberalismo econômico promoveu uma expressiva abertura comercial e financeira, além da privatização de setores estratégicos da economia nacional (indústria de siderurgia, setor de serviços, telecomunicações, portuário, ferroviário, etc) reduzindo assim, a participação do Estado como planejador econômico.

O Brasil, não escapou à grande onda conservadora e, desde o início dos anos 1990, foram implantados reformas liberalizantes, promovendo intensa abertura comercial e financeira, privatização de ativos públicos e redução da atuação do Estado (POCHMANN, 2004, p. 66).

A crise do sistema capitalista de 1929, a ordem bipolar no contexto da guerra fria, a estrutura fordista-taylorista da produção capitalista demandando grande número de mão de obra e uma forte organização sindical dos trabalhadores, foram às condições históricas que promoveram a construção do chamado Estado do Bem Estar Social nos países capitalistas centrais. Tais aspectos proporcionaram melhorias significativas para a classe trabalhadora. “Pleno” emprego, salários elevados, maior poder de negociação da classe trabalhadora frente aos industriais, redução da jornada de trabalho, entre outros, foram conquistas efetivadas durante este estágio de desenvolvimento do capital. Diante deste contexto, ocorrerá o processo de industrialização dos países periféricos, com o estado sendo o principal agente executor e planejador do processo:

A industrialização da periferia acarretou tensões e contradições a partir do aumento do poder social e de barganha dos trabalhadores. A sua capacidade de mobilização estendeu-se aos países em desenvolvimento. O fortalecimento da capacidade de negociação como classe começou a ter efeitos que transcenderam as fronteiras nacionais. A transferência dos processos produtivos para os países periféricos de fato não reduziu o poder social dos trabalhadores dos países centrais, somente ampliou o seu eixo (DUPAS, 1999, p. 53).

Neste contexto histórico, o conflito capital-trabalho encontra-se estabelecido e diante disso, promover a construção do Estado do Bem Estar Social – no período histórico pós-segunda guerra mundial a partir de 1945 - foi uma alternativa política encontrada pelos países capitalistas para atender os anseios de ambas as classes que compõe tal sistema produtivo.

A construção do Estado do Bem Estar Social ocorre paralelamente ao processo de formação do capital monopolista que promoveu uma mudança significativa nas condições de emprego dos países centrais. O monopólio econômico proporcionou a centralização dos lucros e o controle da estrutura produtiva por um número cada vez menor de corporações econômicas, verificando-se diante de tal processo uma crescente redução no número de vagas no mercado de trabalho e um consequente aumento no índice de desemprego no centro do sistema. Neste contexto, analisando a relação entre desemprego e acumulação capitalista, Braverman (1974) relata:

(...) a massa de emprego não pode ser separada de sua correlata massa de desemprego. Nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção. É continuamente produzido e absorvido pela energia do próprio processo de acumulação. E o desemprego é apenas a parte contada oficialmente do excedente relativo da população trabalhadora necessária para a acumulação do capital e que por sua vez é produzida por ele. Essa população excedente relativa, o exercito de reserva industrial, assume formas variadas na sociedade moderna, inclusive os desempregados (BRAVERMAN, 1974, p. 326).

Promover a aprimoramento de sua base técnica é algo inerente ao sistema capitalista, assim, a partir da década de 1970, paralelamente a esta condição de monopólio das potências capitalistas ocidentais, o Japão irá promover durante o seu processo de industrialização a terceira revolução industrial, caracterizada pelo modelo Toyotista de produção. Ao analisar a dinâmica e os efeitos do capital monopolista dos grandes conglomerados ocidentais, Mamigonian (1982) relata:

O processo de cartelização dos diversos ramos produtivos, que deu início à fase monopolista do capital, reuniu após feroz concorrência as maiores e, portanto mais avançadas empresas americanas e europeias (...). Países inteiros foram excluídos dos acordos na medida em que suas maiores empresas não alcançavam porte mundial nos respectivos ramos, sendo seus mercados partilhados pelos oligopólios (MAMIGONIAN, 1982, p. 41-42).

De acordo com Pochmann (2004), apenas dez empresas no setor de informática controlam 70% da produção mundial, dez empresas controlam mais de 80% da produção automobilística, e sete empresas respondem por 92% do setor de matérias de saúde, entre outros segmentos industriais. Assim, ao controlarem o mercado mundial, as potências capitalistas ocidentais entram em um processo de estagnação tecnológica. Com isso, seguindo a lógica do desenvolvimento desigual e combinado no centro do sistema capitalista (Mamigonian, 1982), o Japão irá construir a sua base industrial com uma tecnologia mais dinâmica e avançada do que as existentes nas potências capitalistas do ocidente. Neste contexto, o Japão irá desenvolver sua industrialização através de uma grande estratégia estatal, pautado essencialmente na substituição de importações, subsídios governamentais para o desenvolvimento de tecnologias prioritárias e de ponta, assim, estimulando a formação de seu mercado interno. Deste modo, o Japão ocupará o posto de principal potência da Ásia, conseguindo concorrer pela hegemonia do mercado mundial com as principais potências ocidentais (Estados Unidos e Europa).

É neste contexto que ocorre o processo de globalização econômica do capital; grandes corporações que detêm o monopólio econômico mundial, com uma estrutura produtiva altamente robotizada, sem a participação do estado na regulamentação das relações econômicas. Todos estes aspectos promoveram uma modificação expressiva no mundo do trabalho e o consequente aumento da informalidade nos países periféricos.

Ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema, as recentes transformações socioeconômicas redirecionam o foco das discussões sobre os problemas sociais decorrentes. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, agora, ela se transformou na dificuldade de encontrar formas de inserção, quaisquer que sejam elas (DUPAS, 1999, P. 19).

Esta nova dinâmica da estrutura produtiva atrelada aos princípios políticos neoliberais é extremamente negativa para a economia brasileira. Analisando tais efeitos na economia paulistana Pochmann (2004) demonstrará que a indústria será o principal setor da economia atingido, havendo no mesmo período uma ascensão do terceiro setor (comércio e serviços). Porém as vagas aí geradas não são suficientes para absorver toda mão-de-obra excedente do setor industrial, havendo assim, um aumento representativo no índice de desemprego da cidade.

GRÁFICO 1:

Distribuição do emprego por setor de atividades econômicas no município de São Paulo - 1989 e 2001 (%).

Fonte: Pochmann (2004, p.151)

Com o gráfico 1 verifica-se a forte queda no índice de emprego gerados principalmente na indústria de transformação. Em 1989 este segmento correspondia a 27% do total de emprego na cidade de São Paulo, já em 2001 este número cai significativamente, passando a representar 14,6%, ou seja, houve uma queda de quase 50% no período estudado. A indústria de construção civil também apresentou uma queda, porém, menos significativa que a primeira, passando de 5,7% em 1989 para 4,4% em 2001. No setor de comércio verifica-se uma ascensão de 12% em 1989 para 16,3% em 2001 e no setor de serviços uma ascensão de 30,8% para 38,4% no mesmo período analisado.

Nesta mesma perspectiva Pochmann (1999) expõe o aumento no índice de desemprego verificado no país a partir de 1990.

GRÁFICO 2:

Brasil: evolução da taxa do desemprego por regiões geográficas, 1989 e 1996 (%).

Fonte: Pochmann (1999, p. 2)

No gráfico 2, verificamos que após a abertura econômica brasileira, a taxa de desemprego cresceu expressivamente em todas as cinco macrorregiões do país, no período analisado (1989 – 1996).

Analisando esta nova dinâmica, o geógrafo Milton Santos (2004) irá desenvolver e propor a teoria dos dois circuitos da economia urbana presente nos países subdesenvolvidos. Os dois circuitos propostos pelo autor são denominados em superior e inferior. Sendo o primeiro constituído pelos grupos econômicos hegemônicos, formados essencialmente por capitais internacionais. Já o segundo seria aquele dependente do circuito superior, formado principalmente por estabelecimentos comerciais e produtivos de menor escala e menor poderio econômico. Analisando o processo de formação destes dois circuitos e seus consequentes efeitos nas economias dos países periféricos o autor relata:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria

ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2004, p. 37).

A tabela a seguir expõe as principais características dos dois circuitos econômicos (superior e inferior) presente nos países subdesenvolvidos:

TABELA 1.

Características dos Dois Circuitos da Economia urbana dos países subdesenvolvidos

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou Alta qualidade	Pequena quantidade Qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e Vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não- institucional
Margem de lucro	Reduzida o por unidade, Mas importante pelo Volume de negócios	Elevada por unidade, Mas pequena em relação Ao volume de negócios

(exceção produtos de luxo)		
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	frequente
Overhead capital	Indispensável	dispensável
Ajuda governamental	Importante	nula ou quase nula
Dependência direta do	Grande, atividade volta	reduzida ou nula
	da	
	Para o exterior	

Fonte: Santos (2004, p. 44)

Grande parte da PEA (População Economicamente Ativa) dos países subdesenvolvidos encontra ocupação no circuito inferior. Segundo Santos (2004), tal setor:

Constitui uma estrutura de abrigo para os cidadãos, desprovidos de capital e qualificação profissional (...). Sapateiro, alfaiate, pequenos merceiros e vendedores ambulantes, carroceiros e motoristas de taxi, pedreiros e engraxates, meninos de recado, domésticas de todo tipo. Inteiramente significativa é a expressão empregada por Hedi Eckert (1970, p. 35) para Túnis, onde ‘60% da população ativa dão um jeitinho para viver (SANTOS, 2004, p.203).

Porém, as condições para a execução do trabalho neste circuito são extremamente precárias. Trabalho intensivo com lucro reduzido, ausência de incentivos governamentais, bem como, a reduzida quantidade de capital para o exercício das atividades, são as principais características do circuito inferior.

Ainda seguindo a análise de Santos (2004, p. 197 e 209), as atividades econômicas deste circuito não moderno (inferior) compreendem: a produção manufatureira/artesanal, o pequeno comércio e múltiplas atividades de serviços. Entre as três atividades, o comércio informal – sendo esta atividade o foco de nossa análise durante o projeto - ocupa um número abrangente de pessoas, devido a facilidade de acesso aos produtos, a pequena quantidade de dinheiro para o investimento inicial, assim como, por não ser necessário possuir experiência prévia para o exercício da atividade.

É dentro deste processo de relação desigual entre o centro e periferia, que ocorre a globalização econômica presente no sistema capitalista contemporâneo. Analisando tal processo, o autor irá propor uma nova perspectiva para a atual economia globalizada. Essa nova globalização seria realizada pelos países periféricos do sistema que historicamente sempre foram explorados pelos países centrais:

Os países subdesenvolvidos, parceiros cada vez mais fragilizados nesse jogo tão desigual, mais cedo ou mais tarde compreenderão que nesta situação a cooperação lhes aumenta a dependência. Daí a inutilidade dos esforços de associação dependente face aos países centrais, no quadro da globalização atual. Esse mundo globalizado produz uma racionalidade determinante, mas que vai, pouco a pouco, deixando de ser dominante. É uma racionalidade que comanda os grandes negócios cada vez mais abrangentes e mais concentrados em poucas mãos. Esses grandes negócios são de interesse direto de um número cada vez menor de pessoas e empresas. Como a maior parte da humanidade é direta ou indiretamente do interesse deles, pouco apouco essa realidade é desvendada pelas pessoas dos países pobres (SANTOS, 2004, p. 151).

Complementando a perspectiva de análise de Santos (2004), Antunes (2011, p. 103 a 105) compreende a problemática do mundo do trabalho presente no contexto contemporâneo criticamente. Na análise presente em seu livro “Adeus ao trabalho?”, o autor salienta os problemas e os novos desafios da classe trabalhadora em escala mundial diante das políticas neoliberais e da globalização do sistema produtivo capitalista. Em seu estudo o autor demonstra que o trabalho precário, informal, terceirizado, etc; afeta não só os trabalhadores dos países periféricos ou as ex-colônias dos países centrais (que atualmente formam o bloco denominado G-8) (Grupo dos 8 países que possuem maior poder econômico/industrial, político, militar na geopolítica e nas relações internacionais contemporâneas, sendo eles: Estados Unidos da América (EUA), Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia). Os problemas relativos ao mundo do trabalho afetam também os trabalhadores dos

países ‘centrais’ quando analisamos a produção capitalista que se intensifica em escala global atualmente:

Cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta (ANTUNES, 2011, p. 103-104).

O autor demonstra ainda que os serviços básicos e essenciais para as populações (previdência, energia, saúde, educação, telecomunicações) também foram profundamente afetados ao passarem por um processo que Antunes (2011, p. 107) denomina de *mercadorização*. Destacando ainda, que os índices de trabalho na informalidade passaram a ser muito mais expressivos a partir de 1990 com a adoção feita pelos países do paradigma político neoliberal que prevê entre outros aspectos a flexibilização das leis trabalhistas favoráveis a super exploração do trabalho realizada pelas grandes empresas e grandes corporações.

Ramos (2002) demonstra que o crescimento do trabalho informal encontra-se diretamente relacionado às mudanças ocorridas na composição setorial da ocupação da classe trabalhadora. O objetivo do autor é verificar até que ponto a queda nas taxas de emprego – entre 1991 e 2001 – na indústria de transformação influencia o crescimento da ocupação informal.

De acordo com Ramos (2002) entre os anos de Janeiro de 1991 a janeiro de 2001 o índice de informalidade no mercado de trabalho metropolitano no Brasil; passou por um expressivo aumento. De 40% (quarenta por cento) para mais de 50% (cinquenta por cento) de trabalhadores informais. O autor atribui este processo a expressiva diminuição de vagas na indústria de transformação (bens de produção).

A mudança no paradigma produtivo da economia da cidade de São Paulo, passando por uma profunda diminuição no número de postos de trabalho no setor secundário da economia atrelado ao número insuficiente de vagas no setor terciário contribui para o aumento da informalidade, como destaca Jakobsen (1996):

Nos últimos anos, a cidade de São Paulo vem passando por mudanças em seu perfil produtivo, tendo diminuída sua capacidade industrial e convertendo-se numa cidade prestadora de serviços. A essa mudança estrutural correspondem alterações no mercado de trabalho e o aumento da informalidade é uma de suas consequências mais visíveis (JAKOBSEN, 1996, p. 6).

De acordo com os estudos realizados por Singer e Pochmann (1996) ao analisarem os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para cada 100 (cem) empregos criados na América Latina 80 (oitenta) eram empregos gerados no setor informal da economia destes países, no recorte histórico compreendido entre 1986 e 1996. Segundo dados do mesmo estudo, de acordo as fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) metade da população trabalhadora nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil (Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador) incluindo São Paulo encontram-se na informalidade.

Outro aspecto importante a ser salientado é a jornada de trabalho dos trabalhadores informais. Segundo estudos realizados por Singer (1996) a jornada de trabalho média dos informais são de 72 horas por semana, ganhando:

em média R\$ 927 por mês, mas ‘com uma grande distância entre o menor ganho, que é de R\$ 150,00 e o maior, de R\$ 4.000,00’. A grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos (SINGER, 1996, p. 12)

Singer (1996) destaca que os trabalhadores presentes na informalidade são o “desaguadouro” dos trabalhadores que desistiram de procurar e/ou encontrar emprego no setor formal da economia. O autor destaca ainda que, tais trabalhadores possuem muito menos do que a metade da economia metropolitana de São Paulo que encontra-se concentrada nos oligopólios criados pelo grande capital. O autor demonstra ainda que a organização em cooperativas para a gestão e execução do trabalho coletivo é uma alternativa viável e importante para os trabalhadores que estão na informalidade. Segundo o autor as cooperativas organizariam o trabalho e os ganhos dos trabalhadores informais, assim, não teriam mais necessidade de estarem vinculados formalmente com alguma indústria ou corporação capitalista. Deste modo, os trabalhadores formais organizados em seus respectivos sindicatos

estariam mais fortalecidos para a *práxis* da luta diante do capital. Assim, formando uma unidade classista de luta contra as espoliações promovidas pelas grandes corporações capitalistas.

Jakobsen (1996, p.13 e 14) em seu estudo denominado “A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil” busca caracterizar o trabalho informal, expondo-o como um trabalho realizado por pequenas atividades urbanas, que geram renda, se desenvolvendo fora do âmbito normativo que estruturam as leis trabalhistas, se fundindo também o capital e o trabalho. Possuem ainda técnicas rudimentares, baixa renda e dificuldades para ter financiamentos e créditos. Tais características são semelhantes às propostas por Santos (2004) em seu trabalho que o autor analisa e estuda ‘os dois circuitos da economia urbana’.

Jakobsen (1996) demonstra ainda que grande parte do contingente de mão de obra dos países da América Latina presentes nos grandes centros urbanos são concentradas em virtude dos grandes fluxos migratórios ocorridos no pós-guerra (1939-1945) do campo para cidade. Entretanto, a indústria nascente em tais países não fora e não é capaz de empregar toda mão de obra que se concentrou nos grandes centros urbanos. Assim, a mão de obra excedente formará grande parte da informalidade do trabalho que se instalou nas cidades. Os trabalhadores informais encontram neste tipo de trabalho sendo um meio de subsistência e sobrevivência. Ao analisar o fenômeno no Brasil, o autor destaca que entre 1950 e 1980 os fluxos migratórios campo-cidade atingiram um contingente de 35 milhões de pessoas, formando assim um grande excedente de mão de obra urbana e um crescente índice de trabalhadores informais presente nas grandes cidades. Em 1980 a informalidade atingia 24% (vinte e quatro por cento) da PEA (População Economicamente Ativa), em 1990 o índice informalidade atingira 28,8% e em 1998 22,3 milhões/29% da PEA. O autor destaca ainda que em 1996 metade da população ocupada nas seis maiores regiões metropolitanas do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador) encontrava-se na informalidade. Verifica-se no estudo que os trabalhadores com carteira assinada sempre tiveram ganhos maiores que os trabalhadores presentes na informalidade.

Ainda seguindo dados do estudo do mesmo autor, em São Paulo o índice de informalidade em 1993 atingia 36,3% (trinta e seis vírgula três por cento) no mercado de trabalho, saltando em 1998 para 48,2% (quarenta e oito vírgula dois por cento) equivalente a 2,6 milhões de pessoas. Diante deste quadro Jakobsen (1996) assim, como Singer (1996) chama a atenção para a organização coletiva dos trabalhadores informais com uma

perspectiva de se articularem politicamente na luta por direitos e melhores condições de trabalho através da construção de cooperativas e sindicatos (1996, p.17).

Pochmann (1996, p.18) em seu estudo “O excedente de mão de obra no município de São Paulo” demonstra que grande parte dos trabalhadores que fazem e faziam parte da PEA (População Economicamente Ativa) não foi incorporada pela produção (industrial) – mesmo em sua fase mais dinâmica entre as décadas de 1940 e 1970 - tendo assim que procurar meios alternativos de sobrevivência. Considerando a análise de Marx (1982) o autor aponta o avanço tecnológico das forças produtivas inerentes a produção capitalista e a consequente redução no número de empregos que afetam diretamente a classe trabalhadora:

A substituição de trabalhadores por formas renovadas de produzir, mediante novas tecnologias e gestão do trabalho, e a intensificação do trabalho pelo ritmo crescente da organização capitalista da sociedade seriam formas tradicionais de restrição na participação de toda a força de trabalho no processo de produção social (POCHMANN, 1996, p.19).

Outro aspecto salientado é a construção das sociedades com ‘pleno emprego’ mesmo que organizadas e estruturadas de acordo com os princípios do sistema capitalista de produção no contexto histórico do pós-guerra a partir de 1945. Neste paradigma político, econômico, social as necessidades básicas da classe trabalhadora, tais como, saúde, transporte, segurança, habitação e o próprio emprego eram garantias sociais presentes nos estados nacionais que se reconstruíram após o termino da segunda grande guerra.

Segundo o autor na sociedade capitalista organizada pelo modelo liberal com a redução do Estado na participação do planejamento econômico a inserção no mercado de trabalho da classe trabalhadora ocorre de duas maneiras. A primeira é a força de trabalho incorporada formalmente pela produção. A segunda é a população trabalhadora excedente subdivididas no que o autor chama de desemprego aberto/visível e o desemprego invisível que são as formas de trabalho pré-capitalistas e/ou capitalistas primitivas mediante a estratégias exclusivamente de sobrevivência; “mercado de trabalho não organizado” Pochmann (1996, p.20).

Segundo o autor a questão do emprego e do desemprego no município de São Paulo está vinculada a dois fenômenos ocorridos na cidade. O primeiro é o processo de desconcentração industrial a partir de 1970, o que repercutiu em uma profunda queda nos índices de emprego presentes na cidade, a recessão entre 1989 e 1992 e a abertura comercial que afetou negativamente o mercado interno brasileiro.

Singer (1973) em “Economia política da urbanização” ao analisar a formação econômica e sócio espacial de São Paulo demonstra as múltiplas variáveis e características que compreendem o processo de criação do exercito industrial de reserva no inicio do desenvolvimento urbano e industrial do país. A partir de 1950 o paradigma econômico que estruturava o país se baseava no modelo de substituição de importações com uma presença mais atuante do Estado na dinâmica econômica. De acordo com Singer (1973, p. 124) as indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), indústrias de bens de capital (máquinas e equipamentos), bens intermediários (papel, borracha, produtos químicos, siderúrgicas) se implementaram e se instalaram no país mediante investimentos de capital estrangeiro “que trouxe ao país técnicos de produção em massa. Assim: “Os novos ramos industriais já surgiram fortemente concentrados e a maior parte dos estabelecimentos foi localizada na área metropolitana de São Paulo ou em suas imediações : Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba” (SINGER, 1976, p.124). É fundamental destacar que neste contexto histórico- entre 1940 e 1970 - a participação do Estado na dinâmica econômica atrelada a um incipiente, porém, forte desenvolvimento econômico e urbano/ industrial - a oferta de emprego contemplava as demandas advindas da classe trabalhadora em formação no Brasil. Deste modo, o autor demonstra que os fluxos migratórios:

(...) cruza o território brasileiro, que, de acordo com o Censo de 1970, englobavam mais de 30 milhões de pessoas numa população de pouco mais de 93 milhões, é fácil ver que o exercito industrial de reserva atinge dimensões formidáveis no Brasil, já que a grande maioria dos migrantes se desloca a procura de trabalho. É um esforço imenso devotado à localização das áreas onde se dá a acumulação de capital e onde, em consequência, cresce a demanda por força de trabalho. É bastante comum que o mero anúncio do início da construção de uma fábrica atraia ao local numerosos trabalhadores (SINGER, 1976, p. 129).

Observa-se que o auge e o expressivo número de fluxos migratórios ocorridos no Brasil a partir da década de 1970 comprovam a regra geral que se estabelece entre capital/trabalho, ou seja, a força e trabalho ou a classe trabalhadora se desloca e se instala nos locais em que se encontram as ofertas de trabalho disponibilizadas pelo capital. Neste contexto, existe uma concentração espacial produtiva na região Sudeste do país, em especial no estado de São Paulo e as taxas de desemprego no Brasil não eram tão elevadas como nos dias atuais; as forças produtivas comportavam o grande contingente de mão de obra a ser explorada pelo capital.

De acordo com Singer (1976, p. 127) os índices e as taxas de desemprego no contexto histórico em questão não eram tão expressivos e tão elevados como nos dias atuais. Os dados gerados na época expõem que em 1953, no Distrito de São Paulo (maior parte da grande São Paulo) o desemprego atingia 10% dos homens e 5% das mulheres; em 1969, no estado de São Paulo (do qual 50% da população se encontrava na grande São Paulo) os números atingiam 10% entre os homens e 3,6% entre as mulheres. Conforme o autor tais taxas não são exageradas para uma economia capitalista de um país periférico/subdesenvolvido. Em termos comparativos a taxa de desemprego dos EUA (Estados Unidos da América) – mesmo com uma economia mais dinâmica e desenvolvida – o desemprego atingia um percentual de 9 a 13% no mesmo período histórico.

Nesta perspectiva, de acordo com os dados expostos compreendemos que o modelo econômico (neo)liberal adotado pelo Brasil nos governos que se sucederam a partir da década de 1990 - com uma abertura econômica quase que irrestrita ao capital estrangeiro, com as privatizações de setores estratégicos da economia do país, com tentativas políticas de flexibilizações das leis trabalhistas atreladas as forças produtivas altamente mecanizadas em todos os setores econômicos (primário, secundário e terciário) – foi profundamente ineficiente e pouco benéficos para a classe trabalhadora brasileira, principalmente no que tange as políticas de geração de emprego e renda. Ao analisar tal dinâmica macro econômica observamos aumentos expressivos nas taxas de desemprego, perda no poderio econômico dos salários, bem como, uma diminuição no poder de barganha movimentos sociais coletivos dos trabalhadores. Entendemos que o trabalho informal com suas múltiplas consequências é um grave fenômeno político/econômico e sócio espacial diante destas políticas implementadas no país nas últimas décadas.

Retomando a análise de Santos (2004, p.52 e 53) ao estudar os paradigmas que estruturam as economias dos países e das nações observamos a crítica realizada pelo autor a globalização que se estrutura pelo viés econômico liberal. Segundo o autor o liberalismo econômico atualmente atinge todas as partes do planeta tendo como objetivo central assegurar a produção e a reprodução da economia capitalista, objetivando maximizar cada vez mais os lucros das grandes corporações produtivas, promovendo um aumento irrestrito da desigualdade socioeconômica em escala global. Neste contexto, ocorre uma subordinação da política em virtude dos interesses criados pelo mercado. No recorte histórico de formação dos grandes impérios (EUA, França, Alemanha, Inglaterra, URSS) compreendidos entre as duas

grandes guerras tinha-se uma perspectiva de organização social diferente, ou seja, o mercado esteve subordinado às decisões políticas.

Ainda de acordo com as ideias de Santos (2004, p. 64) analisando a criação do Estado do Bem Estar Social nos países envolvidos no conflito da Segunda Guerra Mundial, o autor destaca o desenvolvimento do princípio de cidadania em virtude da expressiva ação política promovida pelo(s) Estado(s):

Indivíduo e coletividade eram chamados a criar juntos um enriquecimento recíproco que iria apontar para a busca da democracia, por intermédio do Estado Nacional, do Estado de Direito e do Estado Social, e para a produção da cidadania plena, reivindicação que se foi afirmando ao longo desses séculos. Certamente a cidadania nunca chegou a ser plena, mas quase alcançou esse estágio em certos países, durante os chamados trinta anos gloriosos depois do fim da Segunda Guerra Mundial. E essa quase plenitude era paralela á quase plenitude da democracia. A cidadania plena é um dique contra o capital pleno (SANTOS, 2004, p. 64).

Neste contexto histórico exposto por Santos (2004) as demandas sociais básicas e essenciais tais como serviços de saúde, transporte, segurança, educação, saneamento básico, moradia – eram atendidas e disponibilizadas para a população, inclusive o emprego; as taxas de desemprego eram mínimas, ou seja, toda a sociedade possuía os meios e as condições necessárias de sobrevivência.

Este modelo Estatal desenvolvimentista fora incorporado politicamente pelos países subdesenvolvidos e periféricos. No Brasil entre 1930 e 1945 na chamada “Era Vargas” inúmeras políticas de modernizações foram implementadas no país com a intenção de elevar a condição do país de agro exportador para um país urbano industrial. As condições de emprego se alteraram, bem como, as relações de trabalho. O Estado Novo que se constituiu, na época adquiria um caráter de conciliador dos interesses das classes sociais que constituíam o sistema capitalista de produção (burguesia industrial e classe trabalhadora/operária) incipiente no Brasil. Os benefícios criados para o operariado urbano (sintetizados na criação da CLT ‘Consolidação das Leis Trabalhistas’) – mesmo sendo diante de ações que caracterizavam um Estado paternalista – foram conquistas importantes para os atores sociais oprimidos. Ao modernizar a estrutura produtiva do Brasil com a implementação das indústrias de base e serviços modernos (Indústria de siderurgia, setor de serviços, telecomunicações, portuário, ferroviário, tais como as: Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco

(1945), Petrobrás (1953) modernizava-se também a super/estrutura com a modernização das leis que regulamentam o mundo do trabalho. Outro aspecto de fundamental importância neste período histórico vivenciado pelo país é a política de substituição de importações. De acordo com esta perspectiva econômica adotada pelo governo de cunho nacionalista a ação estatal visava fortalecer a produção realizada pelo mercado interno, ou seja, o governo implementava as indústrias básicas acima citadas para estimular o crescimento e o nascimento da produção da burguesia brasileira. Diante deste contexto Pomar (2008) expõem:

Um dos efeitos mais evidentes da modernização conservadora foi a transformação do Brasil num país agrário-industrial. Para isso, na Era Vargas o Estado assumiu a tarefa de racionalizar a economia, elevar sua capacidade produtiva e integrar o mercado nacional. Teve de se tornar, pois, um Estado industrializante (POMAR, 2008, p. 28).

Com relação às modernizações no mundo do trabalho criadas por Vargas, Pomar (2008) destaca que foi instituída:

a jornada de oito horas diárias, regulamentando as férias anuais aos empregados no comércio e nos bancos e criou o Instituto de Aposentadoria e pensões dos Marítimos. A partir de 1933, estendeu o direito de férias aos empregados na indústria e nos portos, criou os Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, Bancários e Industriários e assegurou estabilidade de emprego para os operários que completassem dez anos de serviço na mesma empresa. Procurou ainda Instalar outros freios à superexploração dos operários. Em 1940 criou o salário mínimo de 240 mil-réis por mês, correspondente ao valor mínimo dos alimentos e bens necessários à sobrevivência de um trabalhador. E tornou obrigatória a emissão e o registro da carteira de trabalho, tanto para o controle das relações trabalhistas, como para demonstrar que o Estado tratava os trabalhadores como cidadãos. Essas e outras medidas ganharam forma definitiva na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943 (POMAR, 2008, p. 39).

Complementando a análise (Peruzzo, 1986) compreende, assim como (Pomar, 2008) que o objetivo central da social democracia ou do Estado do Bem Estar Social concentra-se no desenvolvimento de políticas que busquem atender os interesses das classes que constituem o sistema capitalista de produção. O Estado com suas instituições representativas busca atenuar o conflito de classes para assegurar o funcionamento e a reprodução do sistema. Deste modo, a classes trabalhadora – diante deste paradigma econômico – terá suas necessidades básicas atendidas com múltiplas medidas de proteção social: serviços de saúde, segurança, educação,

equidade social com o amparo de leis de proteção ao trabalho, salários compatíveis com as necessidades de consumo, bem como, políticas para geração de emprego e renda com construções de obras públicas e incentivos para geração de empregos à iniciativa privada.

Peruzzo (1986), ao refletir sobre os fundamentos do Estado Social Democrata, relata as políticas desenvolvidas por Roosevelt ao assumir a presidência Norte Americana pelo Partido Democrata após a crise econômica e financeira de 1929 (crise cíclica do capital diante das políticas econômicas liberais):

O capitalismo concorrencial entrou em grande crise fazendo com que muitos empresários fossem a falência gerando o fortalecimento dos monopólios (...). Com o “*New Deal*” (nova política) tratou-se de manter o nível de preços dos produtos. Para tanto, foi preciso impedir, na medida do possível, o aumento descontrolado da produção em certos setores onde tinha havido grandes excedentes – a agricultura, o petróleo, o carvão – cujos preços foram fixados pelo governo (...). Foi criado um órgão governamental cuja função era controlar o sistema de crédito no país (...). Os salários dos operários foram aumentados, elevando seu poder aquisitivo. Legalizaram-se as organizações sindicais. Passou a ser responsabilidade do governo o bem estar dos trabalhadores em caso de invalidez, velhice e mesmo de desemprego. *O problema do desemprego foi atenuado pela intensificação das obras públicas, assim como pela criação de grandes instituições governamentais, que absorveram grande parte da mão-de-obra ociosa.* Muitas novas residências foram construídas com ajuda governamental. A indústria de energia elétrica passou a ser controlada pelo Estado. Foram ampliadas as fontes de energia elétrica (PERUZZO, 1986 p. 22/23).

Em uma perspectiva comparativa a autora relata as políticas de Getúlio Vargas diante da implementação das leis de proteção ao trabalho. Assim como Pomar (2008) Peruzzo (1986) destaca a importância da Consolidação das leis Trabalhistas (CLT) e das demais políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro entre as décadas de 1930 e 1940. As políticas do governo brasileiro – neste contexto histórico – assim como, as do governo Norte Americano possuíam características parecidas por visarem atenuar os conflitos de classes inerentes ao modo capitalista de produção:

Antes de 1930 era intenso o clima de tensões. Houve greves, lutas, sangue, desespero, prisões, mortes. Em suma, o movimento operário antes de 1930 caracterizava-se por grande combatividade e atitudes revolucionárias que pressionavam a classe dominante. Com Getúlio Vargas, extensa legislação social é sistematizada e aplicada. Certas reivindicações dos trabalhadores foram atendidas, outras antecipadas e o poder estatal vai se inserindo nas relações de classes como poder moderador, de modo a favorecer a constituição e a consolidação do capitalismo industrial. O Estado reconhece que é importante existirem relações não conflitantes entre as classes sociais, para a expansão do capitalismo no país. O

capital e o trabalho devem harmonizar-se na fase de acumulação do capital e início da industrialização. O que está explícito na fala de Getúlio Vargas: ‘Os frutos desta legislação foram, exatamente, aqueles que permaneciam latentes no espírito e no coração do trabalhador brasileiro; extinguiram-se as desconfianças recíprocas; *terminou a luta de classes*. O patrão já não vê no operário o elemento hostil, sempre pronto ao negativismo e a sabotagem pela falta de confiança que lhes inspiravam os chefes. Por sua vez, o operário já não considera o patrão como um superior violento e disposto a usurpar-lhe e negar-lhe até os direitos mais elementares. Estabelecera-se um clima de cordialidade e de confiança entre o elemento patronal e o operariado. E esse clima de confiança e cordialidade permitia que fossem atendidos os desejos máximos do governo – que as leis da organização social fossem o fundamento do equilíbrio entre o capital e o trabalho’ (PERUZZO, 1986, p. 26/27).

O capitalismo teve um funcionamento dinâmico, com taxas significativas de crescimento entre 1945 e o início da década de 1970. Após este ciclo de desenvolvimento com a reconstrução das economias dos Estados Nacionais da Europa no período pós-guerra; criação de instituições financeiras (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) atreladas as filias produtivas que passam a executar suas produção nos países periféricos – os países de industrializações tardias possibilitaram um grande ciclo de desenvolvimento do capital em escala planetária. Entendemos que os princípios do Estado do bem Estar Social colocados em prática pelo bloco capitalista no contexto histórico da Guerra Fria tinha como objetivo central conter as ameaças revolucionárias nos países do terceiro mundo diante da disputa hegemônica pelo espaço mundial do mundo contemporâneo a partir da economia política com diretrizes socialistas presentes em três Estados centrais: a União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS), A Republica Popular da China e Cuba. Diante deste contexto Luiz Mir (1994) relata:

Brasil e África, olho no olho, fitam-se permanentemente. Nos continentes latino americano e africano, a URSS e os Estados Unidos decidiriam o domínio do planeta. No Norte tudo partilhado e acertado. O conflito ensaiado no Brasil na década de 60 – governo anti-imperialista e fim da hegemonia Norte Americana na América do Sul – passou pelas cabeças pensantes de Moscou e Pequim. O Brasil seria a terceira grande revolução neste século. A primeira a União Soviética, segunda, a República Popular da China e a terceira, a República Democrática Popular do Brasil (MIR, 1994, p. 10/19).

Com o fim da Guerra Fria a partir de 1990 o sistema produtor de mercadorias (Antunes, 2011) passa a vivenciar recessões econômicas e múltiplas crises cíclicas “provocadas pela ação dos fluxos globalizados de capitais financeiros” (OLIC; CANEPA,

2004, p.28). Nesta perspectiva entende-se que financeirização do sistema capitalista respaldam o rentismo diante das altas taxas de juros (da economia brasileira) para o capital financeiro improdutivo; não havendo assim investimento na economia real para geração de emprego e renda. Diante deste quadro soma-se ainda, a informatização – com o advento da microeletrônica e da robótica – transformando e substituindo a mão de obra no setor produtivo, bem como a expansão de linhas de crédito em detrimento de valorização real dos salários da classe trabalhadora.

Diante da perspectiva do capitalismo neoliberal o consumo como ultima etapa do processo de produção capitalista, encontra-se comprometido; com a desvalorização dos salários e os elevados índices de desemprego. Entre as crises do capitalismo ocorridas a partir da globalização liberal do capital a partir de 1990 destacam-se: “México (1994), na Ásia de Leste e Sudeste (1997), na Rússia (1998), no Brasil (1999) e na Argentina (2001-2002)” (OLIC; CANEPA, 2004, p. 29). Assim como a crise Norte Americana de 2008.

Seguindo as análises de Olic e Canepa (2004) compreende-se que a partir de 1990 os países da América Latina realizam seus processos de democratização política. A estrutura da democracia parlamentar representativa-burguesa neste contexto, esteve atrelada as propostas econômicas neoliberais em detrimento do modelo econômico que primava pela substituição de importações; idealizados pelos governos populistas e progressistas entre 1930 e 1964 (Calil, 2014, p. 25. 26, 27).

O desenvolvimento econômico da América Latina – com destaque para Brasil, Argentina e México – ainda que realizado por meio de uma idealização de atingir a soberania política e econômica - na realidade sempre esteve atrelado e dependente da hegemonia política e econômica dos países centrais com destaque para o posicionamento imperialista dos EUA para com os demais países do continente americano. Assim, destacamos:

Desde o final da década de 1980, pressionados pela crescente dívida externa, os países latino americanos foram obrigados a implementar uma série de medidas para sanear suas economias. Esse conjunto de medidas imposto e completamente afinado com a doutrina neoliberal, que ficou conhecido como ajustes estruturais, baseava-se num tripé de medidas. A primeira delas tratava da diminuição da participação do Estado na economia, por meio da privatização das empresas estatais. A segunda propunha a redução do déficit público, com a promoção de um enxugamento da máquina administrativa e um aprimoramento no sistema de arrecadação de impostos. Finalmente a terceira medida consistia na desregulamentação econômica, com a redução de alíquotas sobre os produtos importados (OLIC; CANEPA, 2004, p.29).

Todos os governos que se sucederam no controle político e econômico do Estado brasileiro – Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff - (no recorte histórico compreendido entre 1990 e 2016) realizaram o programa político que cumpria e atendia as agendas e os objetivos dos EUA e do capital internacional.

O ajuste fiscal e as políticas de austeridade do atual governo Michel Temer estão claramente comprometida em incorporar o Estado brasileiro aos interesses do capital globalizado especulativo; realizando todas as medidas em benefício deste em detrimento das necessidades da classe trabalhadora brasileira. Citamos como exemplos: as privatizações das reservas petrolíferas do pré-sal; o sistema tributário de arrecadação de impostos sobre o consumo (pago pelos trabalhadores e população mais carente) ao invés da tributação se realizar diante das elevadas rendas de uma minoria social que detém a maior parte da riqueza gerada pela economia brasileira; o Projeto de Emenda Constitucional - 55 (PEC 55) - aprovada no congresso e no primeiro turno da votação no senado federal em novembro de 2016 - que contem e reduz os gastos públicos em saúde e educação por vinte anos; com a correção feita no índice inflacionário do ano anterior, gerando assim, um déficit no montante de investimento anual.

Tal emenda irá gerar múltiplos impactos negativos para a maior parte da população brasileira e para a classe trabalhadora: arrochos salariais, precarização ainda maior no sistema educacional e de saúde devido a ausência de investimentos, paralisação na geração de emprego e renda devido a ausência de concursos públicos e construções nas respectivas áreas. Citamos ainda, a reforma da previdência que propõe a extensão do tempo de trabalho (65 anos) para homens e mulheres, a reforma do ensino médio que exclui matérias essenciais do currículo para este ciclo de ensino, tais como: Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física; comprometendo a formação integral dos estudantes no ciclo básico, além de retirar os postos de trabalho dos professores formados e licenciados nas respectivas áreas.

Os investimentos sociais básicos e essenciais para a população brasileira serão cortados para que o Estado pague e amortize os juros da dívida pública interna diante do capital financeiro-especulativo:

É bom nos prepararmos para tempos mais turbulentos, em que o conflito social vai tomar as ruas, vai ocupar os prédios públicos, vai pressionar os parlamentos, vai tencionar nossa democracia. O corte no orçamento das políticas públicas e a redução nos programas de proteção social vão ser fundos e vão gerar uma enorme insatisfação popular. Isso ocorre num momento que milhares de trabalhadores estão desempregados, que é quando mais se precisa dos equipamentos e das políticas públicas. Se essa

insatisfação vai levar a um conflito maior ou se vai ficar latente, não sabemos (BAVA, 2016, p. 3).

Temos que salientar que toda “modernização” realizada no período histórico governado por Getúlio Vargas ocorrera dentro dos valores, dos princípios e da ordem capitalista de produção. Os direitos concedidos à classe trabalhadora brasileira em formação não a tirava da condição de classe submissa e altamente explorada. De acordo com Engels na estrutura do sistema capitalista a grande massa se encontra condenada a produzir, trabalhando, o seu mísero sustento e a aumentar cada vez mais a riqueza dos privilegiados. Em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” expõem os múltiplos problemas enfrentados pelos trabalhadores na economia liberal “clássica” inglesa do século XIX:

Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa, não depende dele conservá-la amanhã; sabe que o menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial desfavorável podem lança-lo no turbilhão do qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível, manter-se à tona. Sabe que se hoje tem meios para sobreviver, pode não os ter amanhã (ENGELS, 2010, p. 69 e 70).

Apresentam-se tais problemas dos trabalhadores ingleses para verificarmos que o liberalismo econômico não promove nenhum benefício para os trabalhadores, estando eles incorporados pelo mercado de trabalho formal ou não. Nesta perspectiva, compreendemos que os trabalhadores informais são influenciados por todos os malefícios do capitalismo liberal que se implementa no Brasil com todo ímpeto a partir da década de 1990. Verificamos que tais trabalhadores presentes na economia informal dos dias atuais possuem características em suas vidas cotidianas muito parecidas com a dos operários europeus (em destaque os ingleses) do século XIX. Os trabalhadores formais ou informais estão submetidos aos interesses e as necessidades do mercado, das corporações capitalistas controladas pela classe social burguesa.

Em uma economia liberal o mercado pode criar vagas no mercado de trabalho ou não, o Estado está “ausente” como agente regulador e intervencionista na geração de emprego.

Nesta perspectiva, compreendemos que a economia capitalista brasileira neoliberal condiciona a população brasileira (no trabalho enfoca-se os trabalhadores informais) a um nível de vida e sobrevivência ruim, precário, sem garantias básicas de sobrevivência.

Retomando a análise de Singer (2000) presente no texto “O trabalho Informal e a luta da classe operária” os trabalhadores informais trabalham sem ter folga; de segunda a domingo para obterem um ganho muito baixo e inexpressivo. A carga horária de trabalho média é de 76 horas por semana. Os informais que trabalham nos trens possuem uma jornada média semanal de trabalho de 62 horas, os trabalhadores que executam suas atividades em semáforos trabalham em média 54 horas e os catadores de material reciclável trabalham em média 44 horas semanais; Singer (2000, p. 12).

De acordo com os dados referentes à jornada de trabalho dos trabalhadores informais é fundamental salientarmos que todos os segmentos presentes na informalidade executam jornadas excedentes, com uma carga horária mais elevada do que às 40 horas semanais previstas na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). De acordo com o artigo 58 da CLT a jornada de trabalho diário deverá ter: “Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias”.¹ .

Os dados expostos por Singer (2000) referentes aos ganhos dos trabalhadores informais destacam que os trabalhadores em ponto fixo ganham em média R\$ 927,00 (novecentos e vinte sete reais por mês). Em pesquisa empírica/de campo buscou-se verificar se os trabalhadores possuem: renda, jornada de trabalho, garantias de direitos - entre outros aspectos - iguais ou próximas aos dados estudados e analisados presentes no conjunto bibliográfico da pesquisa. Singer (2000) aponta ainda que o menor ganho entre os informais se expressa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais mensais) e o maior ganho adquire um valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais mensais).

O autor aponta ainda que: “a grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas à repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos” (SINGER, 2000, p. 12).

De acordo com os dados, números e informações presentes na pesquisa salientamos que se tem como foco de análise e estudo os trabalhadores informais expostos as condições socioeconômicas de trabalho vulneráveis e precárias. Com a pesquisa buscou-se compreender

¹- Disponível em: <<http://www.soleis.com.br/ebooks/TRABALHISTA-15.htm>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

as necessidades do trabalhador informal que não são atendidas, tais como, garantias de direitos trabalhistas, renda insuficiente diante das necessidades de sobrevivência, dificuldades para organização coletiva na luta por direitos, dificuldades mais expressivas nas relações com o poder público, entre outros aspectos.

Deste modo, é inevitável compreendermos as privações em que estão submetidos na informalidade quando comparados às condições de trabalho realizado na economia formal. A CLT regulamenta inúmeros aspectos relativos ao trabalho, sendo um instrumento de vital importância para a “proteção” do trabalhador e da classe trabalhadora. Entre os itens presentes em seu texto (Singer, 2000) destacam-se: registro do trabalhador, carteira de trabalho, jornada de trabalho, período de descanso, férias, medicina do trabalho, categorias especiais de trabalhadores, proteção do trabalho da mulher, contratos individuais de trabalho, organização sindical, convenções coletivas, fiscalização, justiça do trabalho e processo trabalhista. Desta forma, se considerarmos os trabalhadores por conta própria como parte do setor informal, este quadro é ainda mais preocupante, pois, em 2002, as ocupações sem carteira de trabalho assinada trabalhando por conta própria representavam aproximadamente metade da força de trabalho do país. (ULYSSEA 2006, p. 597). Nesta perspectiva, o autor afirma:

Após um período de relativa estabilidade no período 1983-89, o mercado de trabalho brasileiro apresenta, a partir de 1990, uma elevação sem precedentes no grau de informalidade, consequência tanto do crescimento da proporção de trabalhadores por conta própria quanto dos sem carteira de trabalho assinada. Esta tendência de crescimento da informalidade se manteve ao longo de toda a década de 1990 e foi muito maior que o processo de informalização que ocorreu no período de crise nos três primeiros anos da década de 1980, o que sugere que esta expansão não pode ser explicada como um fenômeno simplesmente cíclico².

Desde o início da década de 1980, o mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado por uma elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho: em 1981, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada já representavam cerca de 28% da população ocupada de acordo com Programa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD/1981). Embora este número tenha sofrido uma pequena elevação nos três primeiros anos da década de 1980, o grau de informalidade permaneceu relativamente estável ao longo deste período. Entretanto, a partir de 1990 tem início um processo de elevação nos índices de informalidade.

² Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/08.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2016.

Se considerarmos ainda os trabalhadores por conta própria como parte do setor informal, este quadro é ainda mais preocupante, pois, em 2002, estas duas ocupações (sem carteira e conta própria) representavam aproximadamente metade da força de trabalho do país.³.

1.5. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO E AS NOVAS FUNÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO

A reestruturação produtiva atrelada à revolução tecnológica que vem ocorrendo no sistema capitalista de produção nas últimas décadas provocou uma nova dinâmica no mercado de trabalho do mundo todo redefinindo a divisão internacional do trabalho. No mundo subdesenvolvido principalmente verificou-se um aumento significativo no índice de desemprego e ampliação da informalidade. Neste contexto, julga-se relevante compreender os impactos desta reestruturação produtiva na cidade de São Paulo (SP).

São Paulo possui uma característica importante para compreendermos a sua configuração espacial. Ao analisarmos a cidade verificamos que as atividades do comércio/trabalho informal são exercidas majoritariamente no centro histórico. Do marco zero - onde se encontra o pátio do colégio - as áreas ou lugares que estão ao seu redor, observam-se múltiplos exercícios do comércio e do trabalho informal. As áreas e/ou lugares que constituem o centro das novas atividades financeiras e comerciais tais como: a Avenida Paulista, Berrini, Faria Lima, estão quase que totalmente isentas deste tipo de comércio e exercício de trabalho.

Diante desta configuração, julgamos necessário entender melhor a organização espacial da cidade, investigando a estrutura econômica presente no Centro Histórico e as novas funções presentes neste espaço.

O lugar onde se localiza o atual centro econômico da cidade de São Paulo (Avenida Paulista, Faria Lima, Berrini) apresenta características singulares, as quais destacamos: a presença de todo o aparato de comércio e de serviços formais ou legalizados. Assim, cabe ressaltar a existência neste espaço de: edifícios modernos, múltiplas sedes de as instituições financeiras presentes na cidade, linhas férreas do metrô com alto padrão de qualidade, ruas e

³ Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/08.pdf>> Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

avenidas bem estruturadas para locomoção principalmente do automóvel, melhores restaurantes, lojas de grifes e lojas de departamentos que vendem produtos com alto grau de tecnologia agregada, *shoppings centers*, cinemas com filmes de circuito alternativo, espaços culturais financiados por instituições financeiras hegemônicas (múltiplos bancos), teatros, a sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), “filiais” de corporações produtivas que promovem a gestão administrativa de indústrias que se localizam em outros lugares do estado ou do país, entre outros.

As características verificadas no lugar que constituem o “centro histórico” são distintas, quando comparadas com as que foram relacionadas acima. Nesta área encontramos o antigo centro econômico e podemos identificar: edificações mais antigas ou mal conservadas, cortiços, prostíbulos, pequenos bares populares, população de rua, entre outros. Por fim, observamos também que o exercício do trabalho informal encontra-se majoritariamente no triângulo histórico da cidade de São Paulo. Evidencia-se assim, a formação de dois espaços contraditórios, porém, possuindo uma relação direta entre si por configurar o perímetro urbano da mesma cidade. Salientamos que o foco e objeto de análise se restringirá a informalidade presente no Centro Histórico.

Através dessa organização espacial, identificamos empiricamente em São Paulo os dois circuitos da economia urbanos propostos por Milton Santos (2004), em sua análise sobre a urbanização e a estrutura econômica dos países subdesenvolvidos. O autor denomina tais circuitos econômicos em superior e inferior, o primeiro sendo constituído pelos agentes econômicos hegemônicos da economia mundial, ou seja, as grandes empresas transnacionais dos países centrais que através do processo de mundialização do capital destinaram parte significativa de suas bases produtivas para os países periféricos buscando deste modo, ampliar seus lucros. Já o circuito inferior seria aquele que se desenvolve, através de uma dependência e subordinação diante do primeiro. “Os dois circuitos não são dois sistemas isolados e impermeáveis entre si, mas, ao contrário, estão em interação permanente”. (SANTOS, 2004, p.261). Assim, o circuito inferior é constituído essencialmente por pequenas unidades produtivas e comerciais, bem como, a atividade do comércio informal. A partir da proposta teórica de Santos (2004) identificamos as características e relações estabelecidas entre os dois circuitos da economia urbana.

Com a produção capitalista estruturada em grandes monopólios, ocorrerá o processo de industrialização do mundo subdesenvolvido, assim, apenas uma parte do excedente de mão

de obra foi absorvida por estas grandes corporações econômicas instaladas na periferia do sistema:

O modelo de modernização da economia é acompanhado, como observou Eckaus (1955, p. 548), de imperativos no plano tecnológico que acarretaram a limitação das possibilidades no domínio da substituição dos fatores de produção. Essa rigidez impede a expansão do mercado de emprego (...). Se o modelo está longe de ser perfeito nos países desenvolvidos, é aberrante para os países subdesenvolvidos e provoca um crescimento industrial acompanhado de aumento do subemprego e do não emprego (SANTOS, 2004, p. 192).

Neste contexto, a ocupação irregular e informal é uma alternativa encontrada por esta população excedente. Braverman (1974), analisando a teoria de Marx (2016), expõe as três categorias que constituem o exército industrial de reserva, sendo elas: a flutuante, a latente e a estagnária. Analisemos a definição da terceira categoria, a população estagnária:

Emprego irregular, eventual, marginal e que se mistura com o “sedimento”, como Marx o chamava, de população excedente relativa que habita o mundo do pauperismo (...). Essa população, irregular e ocasionalmente empregada, ‘fornece ao capital’ nas palavras de Marx, ‘um reservatório inexaurível de força de trabalho disponível. Suas condições de vida afundam-se abaixo do nível normal da classe trabalhadora; isto faz dela ao mesmo tempo a ampla base de ramos especiais de exploração (BRAVERMAN 1974, p. 327-328).

No centro histórico da cidade de São Paulo verificam-se inúmeros trabalhadores que se enquadram nesta categoria estagnária proposta por Marx (2016). No perímetro urbano da cidade, podemos verificar inúmeros ambulantes que trabalham, sem um ponto específico para o exercício de suas atividades, vendendo inúmeros produtos, além de uma quantidade representativa de população de rua.

Entendemos, portanto, que há uma diferenciação sócioespacial presente na cidade de São Paulo (entre o espaço que constitui o atual centro econômico e o espaço que constituiu o centro histórico) e a atividade do comércio informal é parte integrante, com uma abrangência significativa no seio de tais contradições. Diante de tais características, buscou-se - com o presente estudo - desenvolver um conhecimento mais aprofundado e conciso sobre o fenômeno, para posteriormente, após a sua realização, tentar-se contribuir com propostas para a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores presentes em tal setor. Compreende-se que se assim fizermos, estaremos cumprindo um dos principais objetivos do conhecimento científico, sendo este, compreender a realidade para melhor transformá-la.

2. O NEOLIBERALISMO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E TERRITÓRIO EM DISPUTA

De acordo com a análise bibliográfica e de dados presente no corpo dissertativo da pesquisa verificamos que o neoliberalismo enquanto paradigma político, econômico, moral e cultural fora uma doutrina programada e estruturada teoricamente e conceitualmente compreendida no contexto histórico da guerra fria.

Entre 1945 e 1970, com a implementação do Estado de Bem Estar Social nos países centrais – período compreendido no pós-segunda guerra mundial – tinha-se como objetivo empregar toda população economicamente ativa, garantindo as condições mínimas de sobrevivência, logo possuindo desemprego mínimo.

Nestes modelos sociais todos os aspectos relativos às condições básicas da vida em sociedade eram geridos, controlados e ofertados pelo Estado. Saúde, educação, moradia, transporte público, segurança de previdência social, lazer, proteção ao trabalho, entre outros aspectos essências a condição humana. Ou seja, além do emprego e do trabalho indispensáveis à vida humana os aspectos que o cercam eram garantias e direitos sociais conquistados e/ou ofertados.

Com o fim do bloco Soviético e a ascensão do neoliberalismo principalmente na Inglaterra sobre o governo de Margaret Thatcher e nos EUA sob o governo de Ronald Reagan a perspectiva do estado democrático provedor, com instituição que garantiam e promoviam direitos, além de intermediar os conflitos e interesses de classes inerentes à economia capitalista sintetizados no Estado do Bem Estar Social; passam a ser combatidos pelas elites econômicas mundiais para a promoção do neoliberalismo econômico que prega a monetarização do mundo e das instituições sociais. Sob esta perspectiva a regulação econômica feita pelo Estado deve ser mínima, tudo se organiza de acordo com os princípios e os objetivos financeiros, o trabalho se flexibiliza, os ganhos reais da classe trabalhadora perde valor, a miséria e a pobreza aumentam em escala mundial, o desemprego cresce acentuadamente, por fim o trabalho precário sem garantias de direitos constitucionais previstos em leis aumentam em escala sem precedentes.

Cabe salientarmos a perspectiva individualista, ou seja, o individualismo pregado pela

doutrina neoliberal. Se em outrora os princípios políticos e econômicos que regulavam e estruturavam a vida em sociedade existiam para garantir uma vida digna ao conjunto social; com a perspectiva neoliberal este pressuposto fica em segundo plano ou até mesmo abandonado. Margareth Thatcher ao defender a implementação do neoliberalismo na Inglaterra na década de 1970 declara: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” (HARVEY, 2013, p. 32). Margaret Thatcher ao assumir o controle político e econômico inglês:

demonstrou imediatamente uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado social-democrata que se consolidara no país a partir de 1945. Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva, dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as de moradia popular), reduzir impostos, promover as iniciativas dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo (particularmente do Japão). Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. O ataque ideológico nessas linhas advinda da retórica de Thatcher era implacável, como ela mesma disse: ‘a economia é o método mas o objetivo é transformar o espírito’. E transformar ela de fato transformou, ainda que de algum modo completa e abrangentemente, para não falar sem custos políticos (HARVEY, 2013, p. 32)

A declaração de Thatcher de que “a economia é o método o objetivo é transformar o espírito” é de suma importância para entendermos a lógica de funcionamento do capitalismo (neo) liberal no contexto histórico dos dias contemporâneos. O individualismo componente da superestrutura do sistema capitalista contemporâneo encontra-se intimamente presente na ação social dos indivíduos. Temos um sistema que prega o individualismo como doutrina em detrimento de ações e relações sociais coletivas, de solidariedade ou de apoio mútuo. Os problemas que cercam a vida de um indivíduo são os mesmos problemas que afetam a vida de milhares. Entretanto, não temos o coletivismo como valor para a ação social, dificultando as ações que visam superar os problemas que afetam os sujeitos sociais em conjunto. As ações políticas e econômicas feitas nos Estados Unidos da América estavam em convergência com as ações inglesas:

O governo de Reagan então ofereceu o apoio político necessário por meio de mais desregulação, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional. Reagan derrotou o PATCO, o sindicato dos controladores de voo, numa longa e amarga greve em 1981. Isso marcou um ataque generalizado aos poderes do trabalho organizado no próprio momento

em que a recessão inspirada em Volcker produzia altas taxas de desemprego (de ao menos 10%) (HARVEY, 2013, p. 32).

Nesta perspectiva Harvey relata: “e teve início assim a abissal mudança para uma desigualdade social cada vez maior e a restauração do poder econômico da classe alta” (HARVEY, 2013, p. 35).

Na obra “Concretude territorial. Regulação e densidade normativa” Maria Laura Silveira (1997) concebe o território de acordo com seus múltiplos objetos, ações e normas. Compreendendo-o assim, em uma perspectiva híbrida/heterogênea. Para a autora, existem múltiplas normas que permeiam a regulação dos territórios assim destacadas: normas técnicas, normas organizacionais, normas empresariais e normas políticas. Entretanto, tais normas são indissociáveis. Todas se relacionam para formação e existência territorial. A noção de híbrido e heterogêneo regulamenta o território, assim vários atores sociais atuam na formação territorial. Neste contexto, visualizamos o conflito entre classes altas/dominantes e classes baixas/dominadas para o exercício do poder no território.

Os trabalhadores informais inseridos neste contexto, não passam por situações distintas relativas à repressão e a opressão dos órgãos oficiais do governo, dos microempresários ou dos macroempresários a eles associados. Pelo contrário, em virtude de não terem nenhum aparato jurídico e legal para respaldar o exercício de suas atividades e profissões; os trabalhadores informais e/ou ambulantes são alvos rotineiros das repressões dos fiscais de segurança das múltiplas prefeituras, bem como, das ações violentas e repressivas das polícias tanto em âmbito municipal, estadual ou federal:

Outra forma de se abordar temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõem não propriamente um deslocamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teoria ou rede relações sociais que a par da sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidades”, os *insiders*) e os outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 2006, p.86)

Tratamos desta temática com mais rigor de análise e aferição dos dados trabalhados em campo e empiricamente, entretanto, cabe ressaltar no conjunto textual que o caráter irregular das mercadorias é um dos aspectos que aflige e ‘atrapalha’ o exercício do trabalho dos ambulantes e dos trabalhadores informais como um todo devido à apreensão de suas mercadorias irregulares. Outro aspecto importante a ser salientado é a localização espacial

para a comercialização de compra e venda dos produtos. Neste aspecto verificamos a disputa pela ocupação e pelo exercício do poder sobre o território.

A questão da territorialidade exercida na execução do comércio informal em um determinado ponto do espaço contribui para verificarmos a dialética relativa à disputa e ao exercício do poder entre as classes ou entre estas e o poder do Estado. Nesta perspectiva, analítica a noção clássica de território nacional no qual um Estado Nacional controla e possui o exercício soberano de poder em um espaço pode ser superada, em virtude dos múltiplos conflitos existentes entre os variados grupos sociais que buscam controlar e conformar novas territorialidades em determinada localização. Nesta concepção, o espaço geográfico possui uma lógica de controle híbrido. É neste sentido que verificamos a territorialidade dos trabalhadores informais e/ou ambulantes. Quando empírica e teoricamente observamos sua ocupação do Espaço. Um ambulante que arma seu carro ou sua barraca de vendas em um ponto específico da cidade sem uma licença prévia da prefeitura está exercendo um poder em uma nova territorialidade para o exercício de seu trabalho. Nesta proposta e perspectiva teórica compreende-se o território como um conjunto contínuo, bem como, um local de constante disputa pelo poder. Neste sentido, verificamos os conflitos entre trabalhadores informais, lojistas, e agentes asseguradores da ordem e do status quo pelo poder do estado. Na dialética da luta de classes os trabalhadores buscam o seu poder e o seu espaço.

Visualizamos através do espaço geográfico da cidade organizado com seus múltiplos sistemas de objetos e seus múltiplos sistemas de ações (SANTOS, 2006) que os locais e lugares escolhidos para o exercício do trabalho e a comercialização das mercadorias são aqueles em que existem um grande fluxo de pessoas, tais como: centros comerciais, calçadas de grandes comércios, trens, metrô.

Entretanto, nem sempre os trabalhadores informais e/ou ambulantes possuem a licença para o exercício de seu trabalho, geralmente concedidas pelas prefeituras, assim, ocorrendo inúmeros conflitos entre os fiscais das prefeituras e agentes policiais. O deslocamento sazonal é um mecanismo utilizado pelos trabalhadores informais ambulantes embora nestes conflitos ocorram agressões físicas, verbais e apreensão de mercadorias. Percebe-se aqui a instabilidade e a profunda precariedade do trabalho dos trabalhadores informais, bem como, o distrato e o desrespeito das autoridades e de seus mecanismos de coerção como um todo.

Se existe índice de desemprego e as autoridades que controlam as políticas econômicas do país não são capazes de gerar emprego para toda população, porque não legalizar e perseguir os trabalhadores informais?

A Constituição Nacional além de garantir o direito ao trabalho contempla inúmeros direitos para a população brasileira como um todo.

O Governo Federal, considerando a grande quantidade de trabalhadores (as) que exercem o trabalho doméstico (como empregadas domésticas) no Brasil, regulamentou formalmente o exercício desta atividade estendendo inúmeros direitos para a profissão não existentes em outrora.

Diante deste quadro, cabe indagarmos: Quais as razões de não se criarem um conjunto de medidas políticas para formalizar o exercício do trabalho dos trabalhadores informais? Garantindo a eles os direitos previstos na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas)? Quais as dificuldades políticas, econômicas e jurídicas para formalização do trabalho? Como o movimento sindical se posiciona diante destas questões? E os políticos nas três esferas de poder no âmbito municipal, estadual e federal? E os trabalhadores informais pensam em garantia de direitos?

A problemática destes pontos encontra-se no corpo teórico e bibliográfico da pesquisa, assim como, nos dados e nas percepções geradas com o trabalho empírico realizado em campo junto aos trabalhadores.

2.1. PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DO TRABALHO INFORMAL

Na década de 1960 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolve o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) com o objetivo de minimizar as desigualdades e os elevados índices de pobreza nos países desta região. Tais estudos utilizavam as análises realizadas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Os estudos dividiam a economia destes países em dois setores: o setor formal e o setor informal.

O PREALC definia o setor informal com as seguintes características: baixa produtividade, formado por trabalhadores autônomos e por empresas de pequeno porte, remunerações insuficientes, trabalhadores com baixos índices de escolaridades e instrução, sendo estes os trabalhadores rurais ou migrantes provenientes do campo. Além de minimizar as desigualdades e os elevados índices de pobreza o objetivo do estudo seria promover formalização através de políticas governamentais das atividades econômicas mais dinâmicas

presentes na informalidade. Deste modo, o setor informal estaria dividido em duas perspectivas: superior possuindo entre 3 a 9 trabalhadores com determinado dinamismo econômico e potencial de crescimento inferior com baixa capacidade produtiva e baixa capacidade de crescimento com grandes possibilidades de desaparecer. Outro aspecto considerado se refere ao dinamismo na geração de empregos pelo setor formal efetivado durante os períodos de crescimento econômico. Assim, o setor informal tenderia a desaparecer.

Entretanto, segundo as análises da OIT grande parte das ocupação na América Latina durante as duas últimas décadas do século XX foram ocupações exercidas na informalidade. É importante salientar ainda as dificuldades de mensurar ou quantificar os índices do trabalho informal. Segundo as análises de Duailibe (2013, p. 79) os índices de ocupações na informalidade nos países de industrialização tardia estariam entre a variação de 30 a 50%. Segundo Ramos (2002) o índice da informalidade entre 1991 e 2001 chegou a 50% das ocupações no território brasileiro.

Os estudos realizados pela OIT diante da nova ordem mundial a partir de 1990 deveriam “subsidiar” as políticas dos países subdesenvolvidos; estarem concentrados na geração de emprego e renda, reformas trabalhistas progressistas para geração de emprego aos trabalhadores, bem como programas para minimizar a pobreza.

Entre os programas para minimizar a pobreza e a miséria no Brasil o que possuía e possui mais destaque é o Bolsa Família, criado durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2002 e 2016. No estudo “Vozes do Bolsa Família/autonomia, dinheiro e cidadania” Rego e Pinzani (2013, p. 93) relatam as considerações de uma família em Maragogi, litoral Norte de Maceió: “Eu acho ótimo. A gente não consegue comprar tudo, porque realmente 80 reais não dá para passar o mês. Se por acaso meu marido ficar parado – e as vezes ele fica o mês todinho – a gente não pode depender de 80 reais”.

Retomando os aspectos definidores e conceituais de “trabalho informal” em 2002 a OIT passa a utilizar o termo “*economia informal*” considerando sua abrangência, complexidade e heterogeneidade. Tais estudos promovidos na primeira década do século XXI deveriam proporcionar conhecimento para ações políticas voltadas para o “*trabalho decente*”. Segundo Krein e Proni (2010, p. 12) a economia informal abrangeria:

a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) ‘falsos’ autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador

em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes ‘flexíveis’ e/ou ‘atípicos’ (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, ‘teletrabalhadores’); d) microempregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do ‘terceiro setor’ e da economia solidária (KREIN/ PRONI, 2010, p. 12)

Diante das últimas análises, a OIT reconhece que a informalidade encontra-se em constante crescimento e expansão, sendo assim, o Estado deve legalizar o trabalho informal, estabelecendo direitos, proteções e entidades representativas para os trabalhadores que atualmente compõem “Economia Informal”.

A percepção que o ciclo atual do capitalismo contemporâneo fomenta o crescimento do trabalho informal está clara diante das análises da OIT; deste modo, a ação do Estado – segundo a instituição - deve aproximar os direitos previstos na economia formal para os trabalhos executados na informalidade.

Analizando os direitos previstos na Legislação trabalhista brasileira, Duailibe (2013) aponta:

férias remuneradas acrescidas de um terço, gratificação natalina, depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aviso prévio, indenização em caso de despedida imotivada (equivalente ao saque do FGTS acrescido de 40%, seguro desemprego (que varia entre três a cinco parcelas mensais), aposentadoria, ausência integral remunerada em caso de doença ou de acidente profissional, pensão em caso de incapacidade permanente para o trabalho e pensão para os familiares em caso de morte do empregado segurado (DUAILIBE 2013, p. 85).

Convergindo com as análises da OIT; Santos (2008, p. 201) compreende a informalidade como um aspecto central na economia dos países subdesenvolvidos, demonstrando que a ocupação da população pobre das cidades ou dos migrantes será no “polo marginal da economia” ou “terciário primitivo” ou “terciário refúgio”, por fim, no circuito inferior. Tal processo ocorre em virtude da concepção de desenvolvimento adotada no Brasil a partir de 1970 com o estabelecimento do capital monopolista transnacional:

O espaço da modernização contemporânea; legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização cria no território como um todo e em particular nas cidades, os equipamentos, mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo (SANTOS, 2008, p. 114).

De acordo com as pesquisas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003) nos anos de 1997 e 2003 a economia informal no Brasil se apresentava de maneira expressiva diante das ocupações empregatícias da classe trabalhadora brasileira.

O critério adotado por tal estudo excluí os trabalhadores que exercem atividades nas ruas com compra e venda de mercadorias. Os estabelecimentos estudados deveriam possuir unidades produtivas de pequena escala, onde não se apresenta de forma clara a separação absoluta entre capital-trabalho. Os respectivos estabelecimentos deveriam possuir ainda, o número máximo de 5 ‘empregados’ ou trabalhadores.

A partir deste critério os números demonstrados pela análise são expressivos: em 1997 haviam 9.580.840 estabelecimentos produtivos informais e em 2003 o número era ainda maior com um total de 10.525.954 de unidades produtivas na informalidade. O total de pessoas ocupadas na informalidade diante deste critério utilizado pelo IBGE eram 12,8 milhões em 1997 e 13,8 milhões em 2003. A estes números somam-se 11 milhões de desempregados em 2016. O estudo demonstra ainda que a receita média por mês dos pequenos empregadores era de R\$ 6.033,00 e a dos trabalhadores autônomos sem quadro empregatício era apenas de R\$ 1.164,00.

Os estabelecimentos ou unidades produtivas abordadas pelo IBGE deveriam possuir uma divisão técnica e social mínima do trabalho. Tais empresas possuem as características da produção manufatureira. Observando o princípio e a origem da produção industrial no capitalismo concorrencial na Europa Ocidental do século XIX, Marx (2016) relata:

De uma parte, uma só fábrica pode reunir, sob as ordens do mesmo capitalista, artífices de ofícios diferentes, por cujas mãos deve passar um produto para ficar inteiramente concluído. Uma carruagem foi o primeiro produto do trabalho de grande número de artistas independentes uns dos outros, tais como, carpinteiros, guarnecedores, torneiros, pintores, serralheiros, vidreiros, etc. A manufatura de carruagens reuni-os a todos em um mesmo local onde trabalham juntos; como fazem muitas carruagens de cada vez, cada operário tem sempre sua tarefa particular para realizar (MARX, 2016, p. 119).

Salientamos que o estudo da “Economia Informal Urbana” realizado pelo IBGE abrange pequenas unidades produtivas que pertencem ao setor secundário que disponibilizaram 13, 8 milhões de postos de trabalho em 2003. Entretanto, o estudo não considera a produção em pequena escala na agricultura e os trabalhadores ambulantes que vendem e comercializam múltiplos produtos nas ruas. Se as análises do Instituto contabilizassem tais trabalhadores as

estimativas numéricas da economia informal no país seriam ainda maiores.

Os trabalhadores ambulantes se enquadram no que Marx (2016) denomina de “circulação simples de mercadorias e circulação do dinheiro como capital”. Tais trabalhadores se inserem nos princípios da acumulação primitiva (Marx, 2016, p. 211) diante da lógica: “mercadoria – dinheiro - mercadoria”. Neste processo, não ocorre divisão social do trabalho, tão pouco, a lógica do trabalho excedente que caracteriza a produção da mais-valia.

Os trabalhadores informais formam o que Marx (2016) caracteriza e denomina como o exercito industrial de reserva, ou ainda:

uma sobra de população operária, esta converte-se por sua vez, em auxiliar mais poderoso da acumulação, em uma condição de existência da produção capitalista, no seu estado de completo desenvolvimento. Essa sobra de população forma um exercito de reserva industrial que pertence ao capitalista de uma maneira tão absoluta como se houvesse educado e disciplinado a expensas suas; exercito que provê às suas necessidades variáveis de trabalho; matéria humana sempre explorável e sempre disponível, independentemente do aumento natural da população (MARX, 2016, p. 204).

Esta mão de obra operária excedente se concentrará nas cidades brasileiras – principalmente a partir da segunda metade do século XX - diante de um processo de urbanização:

corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constituiu um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais” (Santos, 2008, p. 105).

Reafirmando o posicionamento acima citado com a análise de Santos (2008, p.187) em: “O espaço dividido: os dois circuitos da economia Urbana nos países subdesenvolvidos” o autor reitera que a pobreza nos países do antigo “terceiro mundo”, sendo esta, uma causa das ações conjuntas das empresas transnacionais que monopolizam a economia, os recursos e as receitas dos respectivos Estados.

As pequenas unidades produtivas brasileiras somando 13,8 milhões de ocupações segundo os estudos da “Economia Informal Urbana” realizado pelo IBGE estão contempladas nas análises de Santos (2008) ao considerar que:

O circuito inferior oferece a população pobre um grande número de

empregos, é graças à soma de possibilidades oferecidas pela possibilidade de pequenas empresas, em geral familiares ou individuais. Cada unidade de produção, entretanto, de comércio ou de serviços só pode oferecer um número mínimo de empregos (SANTOS, 2008, p. 223).

Seguindo o mesmo critério analítico Jakobsen (2000) ao compreender o processo de industrialização nos países da América Latina demonstra que: “esta não foi capaz, em nenhum momento, de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todos” (JAKOBSEN, 2000).

De acordo com Singer (2006) em 1998 42,8% da população ocupada na grande São Paulo exercia seu trabalho na informalidade. Sendo que:

(...) a grande maioria deles se dedica ao pequeno comércio e a serviços de baixa qualificação, inclusive o doméstico. Estes serviços muitas vezes exigem experiência e conhecimentos, mas não escolaridade elevada. Os mercados do trabalho informal são o desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego ou deixou de contar com suporte material para fazê-lo. Por isso em todos eles há excesso de oferta (SINGER, 2006, p.12).

As pequenas unidades de comércio que não exigem qualificações técnicas, escolares ou acadêmicas para o exercício do trabalho - expostas por Singer (2006), contempladas por Marx (2016) na concepção simplificada da atividade econômica que resulta da ação de compra e venda de mercadorias, diante da fórmula: “dinheiro – mercadoria – dinheiro” – se contemplaram como objeto de estudo e análise no capítulo: as entrevistas de campo (Anexos).

Entendemos ainda que, as definições e as tentativas conceituais diante do trabalho informal podem ser sintetizadas na definição de Marx (2012) ao compreender que todos:

Aqueles que até agora compunham os pequenos estratos médios – os pequenos produtores, os comerciantes, os que vivem de pequenas rendas, os artesãos e os camponeses - , todas essas classes mergulham no proletariado, em parte porque seu pequeno capital não basta para tocar a grande indústria, sucumbindo a concorrência com grandes capitalistas, em parte porque sua habilidade se desvaloriza frente a novos modos de produção. Assim, o proletariado é recrutado de todas as classes da população (MARX e ENGELS, 2012, p. 53).

Nesta perspectiva, compreendemos que o trabalho executado na informalidade - seja qual for sua definição conceitual ou amostras de estudos para quantificações estatísticas - é um problema inerente ao sistema capitalista de produção, sendo assim, um problema também de toda classe trabalhadora.

Deste modo, consideramos que as estimativas numéricas da ordem de 50% da população brasileira – como demonstrado nas fontes da pesquisa - presente na informalidade são merecedoras de análises, estudos e muita atenção de todo conjunto de nossa sociedade.

3. AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO: DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL À INFORMALIDADE

Ressalta-se a categoria trabalho como elemento essencial para a vida e existência humana, como o método materialista histórico propõe para compreensão da vida social. Neste item buscar-se-á atrelar o conceito multidisciplinar (trabalho) aos processos relacionados à urbanização, industrialização e as consequentes transformações no espaço geográfico. Deste modo, entendemos que: “a vida das pessoas é ritmada, pela esfera técnica-econômica, a qual submete as outras esferas da vida social as suas exigências e à sua racionalidade” (LENCIONI, 1999, p. 208).

Nesta perspectiva, salientamos as semelhanças entre os processos de formações das cidades, metrópoles e regiões metropolitanas estruturadas de acordo com lógica de funcionamento do sistema capitalista de produção. A representação das paisagens e a configuração do espaço, onde se orientam as relações sociais e os inevitáveis conflitos no interior da sociedade de classes encontram-se expostas por Scarlato (2010) ao compreender a formação urbana e industrial no Brasil que se dera a partir do início do século XX:

São Paulo, cada vez mais polarizava um *‘hinterland’* que se diversificava na produção de matérias-primas, grande concentração de força de trabalho com boa qualificação para ser absorvida nas indústrias, com significativa presença e contribuição dos contingentes oriundos da imigração europeia (SCARLATO, 2010, p. 251).

Scarlato (2010. 2010, p. 151) trabalha ainda com a perspectiva de São Paulo “como locus privilegiado” para implementação das indústrias transnacionais na década de 1950/1960, destacando a indústria automobilística como a força motriz para a implementação e produção dos bens de consumo duráveis. Neste processo, observamos a concentração

espacial da indústria nas regiões Sul e Sudeste, denominadas por Santos e Silveira (2010) como de Região Concentrada formadora do “Meio técnico-científico-Informacional” (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 52).

O sudeste do Brasil – com o estado, a cidade, a metrópole e a região metropolitana de São Paulo – concentrador das técnicas, produções, ciência e informação atrairá as populações das regiões menos desenvolvidas do país - condicionadas pelo “paradigma do tempo lento” (SCARLATO, 2010, p. 247) – em especial da região Nordeste. Impulsionando neste processo os grandes fluxos migratórios ocorridos entre as décadas de 1950 e 1970 especialmente.

Assim, compreender os fatores dinâmicos que deram a São Paulo a condição de cidade privilegiada para a concentração espacial da indústria será o aspecto analítico central deste capítulo; visando solidificar a compreensão do objeto de análise da pesquisa: o trabalho informal (definido conceitualmente no capítulo anterior) exercido no Centro Histórico da cidade de São Paulo. Deste modo, algumas indagações nortearão as reflexões a seguir: como podemos definir/conceituar o que chamamos de Centro Histórico? Quais foram as funções espaciais, políticas e econômicas que o Centro Histórico adquiriu com o processo de formação do capitalismo no Brasil? Quais são as formas e funções que o Centro Histórico adquire a partir do processo de “deterioração urbana” Martin (2010)? Porque este espaço com a hegemonia do setor secundário de outrora passa a ser um espaço majoritário do terceiro setor, seja ele formal ou informal?

Nesta perspectiva, o trabalho informal exercido no Centro Histórico será analisado: 1 - a partir das contribuições teóricas da geografia sobre a temática do “urbano”; 2 - posteriormente, a partir da ótica dos atores sociais que dinamizam a economia informal do Centro Histórico.

No estudo “A permanência da deterioração urbana como processo: o caso do bairro do Brás em São Paulo”: Martin (2010) observa que o processo de deterioração urbana ocorre a partir das fontes obsoletas e estagnadas da produção. Segundo o autor, as cidades capitalistas: “ficam a mercê do grande capital como todo o conjunto da sociedade” (MARTIN, 2010, p. 199).

Convergindo com a proposta de Scarlato (2010), que observa o Centro Histórico como um “lôcus privilegiado”; Martin (2010) compreende este espaço como o “epicentro da industrialização brasileira”:

De fato, ao longo de todo século XX, São Paulo esforçara-se por fixar uma imagem de vigor e dinamismo ligada essencialmente ao processo de

industrialização, cujo epicentro fora precisamente o bairro do Brás. Apagar da paisagem da cidade o velho bairro equivaleria uma perda da memória coletiva irreparável. Não deixa, a esse respeito, de ser bastante sintomático o fato de que o mesmo prefeito que em 1976 declarara o bairro do Brás ‘sem história’, seja o presidente do banco privado que anos depois promoveria a Avenida Paulista como novo símbolo e cartão postal da cidade (MARTIN, 2010, p.201).

Observando o processo de desenvolvimento urbano em São Paulo e a condição do Centro Histórico o autor relata:

Com efeito, desde que voltaram as eleições, a política urbana para a cidade tem oscilado em beneficiar um ou outro polo do espectro *sócioespacial*. Enquanto uns voltam-se, prioritariamente, para o atendimento das necessidades do capital, em seu contínuo deslocamento em direção a marginal do Rio Pinheiros, outros ao contrário, esforçam-se por encontrar paliativos que amenizem as extremas carências das muitas periferias da cidade. Nesse quadro, a deterioração urbana se alastra, e igual a um câncer, já em estado de metástase, ameaça a aniquilar não a um bairro apenas, ou mesmo vários, mas a vida urbana metropolitana em seu conjunto (MARTIN, 2010, p. 202).

O autor no mesmo estudo procura compreender ainda quais são as causas e fatores que fazem as populações mais carentes buscarem meios de vida e existência nas localidades centrais, no caso da presente pesquisa tais populações se inserem entre os trabalhadores informais. Segundo Martin a periferia participa dos custos de produção e reprodução do(s) centro(s) através de taxas expressivas de empregos mal remunerados em consonância com os processos de modernizações da economia. Deste modo:

A obsolescência, portanto, de certas parcelas da cidade não depende apenas do ritmo autônomo do progresso técnico, mas das condições diferenciais da luta de classes na produção, segundo os ramos, as regiões, os países, ou as fases da conjuntura. Trata-se assim, de um processo sócio geográfico e não só técnico (MARTIN, 2010, p.202/203).

Deste modo, identificamos que a urbanização inserida nos moldes do sistema capitalista de produção promove a configuração de áreas centrais tanto para o âmbito produtivo, quanto para âmbito administrativo. Entretanto, estas funções se esgotam com o advento das novas técnicas e tecnologias. Sendo tal processo, a causa geradora para a formação de novos centros (modernos) e novas centralidades que possam amparar as novas demandas e novas necessidades do capital.

Nesta perspectiva, observamos a confluência analítica novamente entre os autores

Scarlato e Martin. Ambos apontam o subemprego e a informalidade presentes como atividades econômicas de grande abrangência no Centro Histórico. Scarlato (2010, p. 261) aponta que o Centro Histórico será um espaço de concentração da “Economia informal” e Martin (2010, p. 202), compreende o mesmo espaço como um lugar concentrador de “Empregos mal remunerados”. Perspectivas análogas diante da proposta teórica de Santos (2008) sobre a relevância do “circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos” caracterizado pelo trabalho intensivo com uma perspectiva de organização e acumulação econômica primitiva.

Observando ainda, a necessidade do capital em criar novos espaços centrais Martin (2010) relata: “para atrair e manter as empresas multinacionais criam-se e recriam-se, permanentemente, novos espaços, adequados ao funcionamento das mesmas, o que implicará obrigatoriamente, na obsolescência prematura de outros espaços” (MARTIN, 2010, p. 204).

Com este mesmo prisma analítico Santos e Silveira (2010) demonstram que a cidade de São Paulo, bem como, sua região metropolitana - a partir da década de 1970 - irão passar por um processo de “descentralização industrial” demonstrando que as áreas industriais consolidadas passam a adquirir novas funções diante da perspectiva da produção global capitalista.

Assim, os autores relatam a diminuição do dinamismo econômico da produção industrial em escala nacional compreendida entre as décadas de 1970 e 1990. Reafirmando que São Paulo passará por um processo de desconcentração industrial. Neste processo, as indústrias irão se instalar no Sul do Brasil, em algumas áreas da região Centro-Oeste e na região Norte majoritariamente na Zona Franca de Manaus.

Diante deste processo, os autores demonstram que em 1970 São Paulo concentrava 50,97% dos empregos gerados na indústria e a partir de 1990 este número cairá para 35, 35% (Santos/Silveira, 2010, p.107). Somados a este processo a concentração ou monopolização do capital, assim, como a automação dos processos produtivos. Diante deste fenômeno os autores demonstram uma queda na participação da indústria, tanto no número de estabelecimentos quanto no número de geração de empregos considerados no recorte histórico em questão. Em 1970 o Brasil possuía 69.871 estabelecimentos industriais gerando 2.421.745 empregos, em 1980 os números se acentuam para 201.813 estabelecimentos e 4.804.409 empregos. Entretanto, na década de 1990 os números apresentam uma expressiva queda com 177.915 estabelecimentos industriais geradores de 6.907.993 empregos. Entretanto, os postos de trabalho na indústria não estão no centro da cidade de São Paulo e sua região metropolitana. A

desconcentração industrial irá gerar empregos em outras regiões do território nacional.

Restringindo as análises numéricas ao estado de São Paulo nas quais se referem à produção industrial os autores relatam que entre 1970 e 1990 os números de estabelecimentos industriais em São Paulo e sua Região Metropolitana apresentam queda; enquanto os números de estabelecimentos industriais no interior do estado apresentam alta ou se elevam neste mesmo período histórico.

Em 1970 A região metropolitana reunia 36,09%, o município de São Paulo 28,94% e o interior apenas 6,95% do total nacional de estabelecimento industriais, duas décadas mais tarde as participações respectivas eram de 21,95%, 9,23% e 15,26% (SANTOS, SILVEIRA, 2010, P. 108)

Com relação à participação total no estado de São Paulo dos empregos gerados na indústria Milton Santos e Maria Laura Silveira (2010) apontam que: “diminui substancialmente a participação relativa do Estado no total nacional, como também da Região Metropolitana. Do município e do interior do Estado” (SANTOS/SILVEIRA, 2010, p. 108). Entendemos que neste processo não houve uma geração equivalente de empregos no terceiro setor, como consequência observamos a informalidade abrigar a mão de obra oscilando entre 30% a 50% dos trabalhadores ocupados em esfera nacional (Duailibe 2013).

Milton Santos e Maria Laura Silveira (2010) demonstram que os elevados impostos e a organização sindical na cidade de São Paulo e na sua Região Metropolitana são os principais fatores que contribuem para o que ambos denominam de “Descentralização Industrial”. Outro aspecto importante que se evidencia é vínculo que tais empresas instalados no interior do Estado de São Paulo irão possuir com o agronegócio, deste modo, oferecendo menos empregos. Neste processo ocorre a transferência da produção e a concentração da gestão industrial:

Evidenciando a reorganização industrial na Região Concentrada, os Estados sulinos e o interior do Estado de São Paulo ganham com a emigração de estabelecimentos da Região Metropolitana de São Paulo, com a criação de novas indústrias e, paralelamente, com a concentração-dispersão do valor da transformação industrial. A automação industrial é outrossim, responsável pela queda do emprego industrial, sobretudo nas indústrias que nascem modernas nessas ‘fronteiras internas’ da área core do país. Por outra parte, as fronteiras agropecuárias modernas do Centro-Oeste tornam-se agora novas fronteiras industriais, ‘externas’ a Região Concentrada, e abrigam um número pequeno de poderosas indústrias (SANTOS/SILVEIRA, 2010, P.109)

Buscando entender a Centralização Industrial no estado de São Paulo, Léa Francesconi (2010) demonstra que São Paulo possuía - a partir da industrialização incipiente como cidade futura da cidade econômica do café – as condições para implementação das atividades industriais do centro do capitalismo nos países até então agroexportadores. Deste modo, ao longo do século XX a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana abrigarão o maior parque industrial da América Latina. Em convergência com as propostas teóricas e analíticas da pesquisa a autora aponta que a partir do final da década de 1960, com o advento da terceira revolução industrial que pressupõe a robótica produtiva, com a produção buscando se organizar a partir do método *just in time* sintetizado no toyotismo japonês, o antigo método de acumulação fordista: “fundado no tripé Capital, Estado e Trabalho mediados pelos sindicatos torna-se insuficiente para o Capital”(FRANCESCONI, 2010, p.117). Neste novo ciclo de acumulação capitalista a ação do Estado deve atender as necessidades do capital internacional, com políticas de anulação de proteção social ao Trabalho. Assim, sintetizando os objetivos do capitalismo neoliberal.

As reformas neoliberais iniciadas nos países centrais a partir de 1970 são compreendidas por Francesconi como um processo de reorganização do capital possuindo os seguintes objetivos: privatizações, flexibilizações das leis trabalhistas e ascensão do capitalismo financeiro e especulativo. Deste modo: “no mundo do trabalho as evidências desse processo de reorganização constituem no aumento do desemprego estrutural e na precarização do trabalho” (FRANCESCONI, 2010, p. 118).

Refletindo ainda, sobre os impactos do novo liberalismo sobre o mundo do trabalho a autora destaca:

as transformações do trabalho, presentes ou em curso, dependendo de diversas condições sociais e econômicas e outras afetam diretamente o operariado industrial tradicional, mas também, originam formas de trabalho precarizado que acompanham as inovações tecnológicas (FRANCESCONI, 2010, p. 118).

A autora demonstra que as taxas expressivas do Produto Interno Bruto (PIB) registradas pela atividade industrial se deram no recorte histórico entre as décadas de 1950 e 1970. A partir de 1980 a atividade industrial da cidade, do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) apresentam números produtivos decrescentes, com uma média de crescimento de 2,9% ao ano. (FRANCESCONI, 2010, p. 119). Segundo os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a média de crescimento na década de 1980 fora ainda menor registrando apenas 0,34% de produtividade industrial. Com relação à

geração de emprego formal os números também são muito reduzidos:

com uma média anual de apenas 1,48% para o conjunto do Estado, ou de 1,20% para Região Metropolitana. Menor ainda teria sido o crescimento do emprego formal na indústria de transformação que situaria na média anual de 0,87% no caso do Estado ou de 0,28% ao ano para a grande São Paulo (FRANCESCONI, 2010, p. 119).

Tabela 2. Brasil. Crescimento industrial: 1992-2000

Taxa de crescimento industrial	Produção Física
1992	(-) 3,7
1993	7,5
1994	7,6
1995	1,8
1996	1,7
1997	3,9
1998	(-) 2,2
1999	(-) 0,7
2000	6,5

Fonte: FRANCESCONI (2010, p. 120).

Analisando a crescimento industrial no Brasil entre 1992 e 2000 verificamos que em 1992 o crescimento fora negativo de -3,7; em 1995 o crescimento fora inexpressivo de apenas 1,8; em 1996 1,7; em 1997 3,9 e em 1998 e 1999 são negativos novamente com -2,2 e -0,7 respectivamente.

A produção do centro histórico ao longo do século XX com a produção industrial, as ferrovias e os bairros operários passam por um processo de transformação diante da produção capitalista para gerar novos centros e novos espaços produtivos que segundo Francesconi (2010) ganham: “autonomia, e na procura de onde desfrutar de rentabilidade maior, vai decretando de um lado obsolescência, e de outro produzindo o ‘novo’ no processo de reprodução do espaço urbano” (FRANCESCONI, 2010, p.121).

Segundo a autora a partir de 1990 - após cinquenta anos de elevados índices de trabalho assalariado e formalização do trabalho – a produção industrial e a geração de empregos apresentam uma queda representativa. Com relação ao processo de desconcentração industrial a autora demonstra que este processo fora implementado diante das necessidades do capital, bem como, ações planejadas pelos governos que se sucederam no controle do Estado-Nacional brasileiro a partir da década de 1960; com estímulos para investimentos na Região Nordeste, bem como, a partir da criação da Zona Franca de Manaus. Criaram-se políticas

públicas: “no sentido de desconcentrar a indústria paulista e metropolitana” (FRANCESCONI, 2010, p.122). Entretanto, as decisões, formas de gestão e controle, continuam centralizadas majoritariamente em São Paulo. Nesta perspectiva, a autora demonstra uma tendência:

Frequente a redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada, decorrente da reestruturação produtiva do capital em formas diversas e das formas de horizontalização do capital produtivo – muitas vezes mesmo a desterritorialização do espaço físico produtivo (FRANCESCONI, 2010, p. 123).

Entre 1989 e 1999 São Paulo perde 720.000 vagas no mercado de trabalho industrial originando formas de trabalho precarizado que acompanham as inovações tecnológicas (FRANCESCONI, 2010, p.127). Tais como: trabalho terceirizado, formas de trabalho arcaico próprias do capitalismo primitivo, trabalho doméstico sem vínculos empregatícios ou por meio da compra e venda de mercadorias.

Diante deste processo as tabelas a seguir demonstram os números de estabelecimentos industriais e empregos formais no município de São Paulo e em sua região metropolitana:

Tabela 3: Município de São Paulo: estabelecimentos industriais e empregos formais

Trabalho	1991	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Empregos ocupados na indústria	1.044.742	894.923	839.880	780.698	692.581	656.910	662.884	638.810

Fonte: FRANCESCONI (2010, p. 125)

Entre 1995 e 2001 a autora relata que ocorrera uma queda de estabelecimentos industriais no Município de São Paulo de 37.482 para 33.101. FRANCESCONI (2010, p. 125).

Com relação aos empregos gerados na indústria observa-se na tabela acima que a queda numérica é ainda mais expressiva. Em 1991 o total de pessoas ocupadas na indústria 1.044.742. Em 2001 temos uma queda de quase 50% de trabalhadores ocupados com um número total de 638.810.

Tabela 4. Região Metropolitana de São Paulo: estabelecimentos industriais

Indústria	1996	1997	1998	1999	2000	2001
N. de estabelecimentos industriais	49857	50086	48707	47987	47886	48058

Fonte: (FRANCESCONI, 2010, p. 125).

Observa-se na tabela acima que na Região Metropolitana de São Paulo a queda no número de estabelecimentos industriais é menos expressiva. Em 1996 tínhamos 49.857 estabelecimentos e em 2001, 48.058.

Diante deste processo Lencioni (1999) afirma que: “Se a concentração das atividades econômicas, sobretudo a concentração industrial, é que estruturou o aglomerado metropolitano, hoje é a dispersão industrial o elemento fundamental na reestruturação da metrópole de São Paulo” (LENCIONI, 1999, p.198).

Diante deste fenômeno, a autora compreende que São Paulo não se define mais como a principal cidade produtiva – como fora durante anos – mas sim como cidade da administração e gestão da produção que irá se concentrar no interior do Estado e nos demais estados da federação.

Tabela 5: Estado de São Paulo – Valor da Produção Industrial 1940- 1985 (%)

Anos	Região Metropolitana	Capital	Interior
1940	64,5	53,9	35,5
1956	66,6	54,2	33,6
1960	71,1	51,7	28,9
1970	70,7	43,7	29,3
1980	58,6	30,1	41,3
1985	56,5	—	43,5

Fonte: LENCIONI (1994, p. 199).

Os números da tabela acima demonstram a queda no valor da produção industrial na Região Metropolitana de São Paulo e na Capital e o aumento produtivo no interior do estado. Em 1940, 64,5% da produção industrial se concentravam Região Metropolitana de São Paulo; em 1985, este número cai para 56,5% da produção. Na capital em 1940 tínhamos 53,9% da produção e em 1980 apenas 30,1%. No entanto, a produção industrial no interior apresenta um expressivo aumento produtivo; em 1940 a produção era de 35,5%; em 1985 o índice aumenta para 43,5% do total da produção industrial no Estado de São Paulo.

Tabela 6: Estado de São Paulo – Emprego na indústria 1970-1980-1988 (%)

	1970	1980	1980	1988
Região Metropolitana	70,0	64,1	66,2	61,6
Interior	30,0	35,9	33,8	38,4

Fonte: LENCIONI, (1994, p. 202)

Com relação aos índices de emprego gerados na indústria verificamos na tabela acima uma queda nos índices da região metropolitana de São Paulo e um aumento no Interior. Em 1970 a Região Metropolitana concentrava 70% dos empregos gerados na indústria; em 1988 este número diminui para 61,6%. No interior em 1970 verificamos que 30% dos empregos

eram gerados na indústria, em 1988 este número se eleva para 38,4%.

Lencioni (1999) considera a desconcentração industrial da capital paulista para o interior como uma extensão do processo de urbanização: “abrangendo um raio de 150 Km ao longo dos principais eixos rodoviários” (LENCIONI, 1999, p.201); sendo eles: Dutra, Anhanguera e Castelo Branco. As cidades que se destacam com o desenvolvimento industrial são: Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru com 34,8% da produção industrial no Estado de São Paulo em 1987. A autora aponta ainda que entre 1970 e 1985 a Região Metropolitana de São Paulo diminuiu sua produção na indústria de transformação de 67,4% para 52,8%. Enquanto no interior a produção aumentara de 32,6% para 47,3% no mesmo período. As cidades do interior do Estado passam a produzir também bens de capital e bens de consumo duráveis (LENCIONI, 1999, p. 200).

A partir deste processo - a autora compreende que a cidade de São Paulo assumindo o controle produtivo e o interior de São Paulo a estrutura da produção - formar-se-á o epicentro do desenvolvimento industrial brasileiro.

Seguindo esta mesma lógica, Carlos (2010) em “São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro” demonstra que a principal mudança econômica e espacial na cidade fora o deslocamento da estrutura produtiva industrial para outras cidades do Estado de São Paulo ou do país. As causas deste processo, se atrelam as necessidades da reprodução e modernização do capital, bem como, aos incentivos fiscais, a isenção de impostos e ao valor relativo ao preço do solo urbano nas cidades que implementaram as estruturas produtivas nos períodos de industrialização anteriores.

Assim como, os demais autores Carlos (2010) compreende que diante do processo de desconcentração industrial, São Paulo irá concentrar a administração produtiva, a partir da ascensão da informática e demais tecnologias da informação. Diante deste processo:

As modificações no processo produtivo produzem consequências como a extinção de postos de trabalho, o aumento das taxas de desemprego, diminui a participação de São Paulo no PIB brasileiro, o que leva o capital-dinheiro a migrar para os ativos financeiros, sem, necessariamente, distanciar-se da metrópole, ao contrário, nela se realizando (CARLOS, 2010, p.52).

A perspectiva de industrialização das cidades do interior do Estado de São Paulo, incorporando uma área produtiva de 200 km de raio a partir da capital é denominada pela autora de macrometrópole. Em sua análise, Carlos (2010) confirma a queda da produção industrial na metrópole e a consequente queda no número de pessoas empregadas no setor

secundário, como podemos verificar na tabela a seguir:

Tabela 6: Grande São Paulo: número de pessoas empregadas (%)

Ano	Indústria	Serviços	Comércio
1985	32,8	40,7	14,1
1995	25	47	16
2000	19,9	53	15,7

Fonte: Carlos (2010, p.54)

No ano de 1985 o número de pessoas empregadas na indústria era de 32,8%; e, 1995 este número diminui para 25% e em 2000 este número cai novamente para 19,9%. No setor de comércio e serviços, observamos um aumento no número de pessoas empregadas em ambos. No setor de serviços em 1985 40,7% de pessoas ocupadas; em 2000 o número aumenta para 53%. No comércio em 1985 o número de pessoas empregadas era de 14,1%; em 2000 o número aumenta para 15,7%.

Segundo a análise da autora, de acordo com os dados da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp): “Entre 2001 e 2002 44.504 postos de emprego foram fechados; entre 1995 e 1999. 597.000 empregos industriais desapareceram” (CARLOS, 2010, p. 55).

A autora relata ainda que a queda no número de postos de trabalho gerados pela indústria será acompanhada pela concentração dos trabalhos no setor de serviços. Entretanto, de acordo com Pochmann (2004) que os números gerados neste setor não foram suficientes para empregar toda mão de obra. Deste modo, Carlos (2010) considera que:

Os serviços domésticos, limpeza, segurança,, bem como, balconistas, *motoboys*, atendente de *telemarketing*. O que significa que acompanhando a modernização de vários setores econômicos, há uma precarização do trabalho, com salários mais baixos e a perda de direitos como o contrato de trabalho e benefício sociais, que daí decorrem, tais como: seguro de saúde; sindicalização, negociação coletiva para aumento de salários, etc. A precarização do trabalho faz-se sentir com o aumento do número de ambulantes nas ruas da metrópole, consequência do aumento da informalidade do trabalho (CARLOS, 2010, p. 56).

Assim, demonstra-se a expressividade do aumento na informalidade do trabalho na cidade de São Paulo; fenômeno ou processo, salientado e especificado também pelos demais autores presentes na discussão teórica e bibliográfica.

Deste modo, verifica-se que São Paulo passa por um processo de transformação no que se refere a geração de empregos como reflexo da dinâmica da produção industrial e contínuo processo de formação e transformação do espaço urbano. Compreendemos que tais fenômenos, estão intrinsicamente relacionados um ao outro; sintetizados, na queda das taxas de emprego e a consequente a ascensão dos índices de trabalho executados na informalidade.

A mão de obra utilizada pela indústria e a mão de obra excedente não utilizada por esta mesma indústria compreendida como exército industrial de reserva - MARX (2016) - concentradas neste espaço formará a economia do trabalho informal na maior metrópole brasileira; São Paulo.

A desconcentração industrial analisada por LENCIONI (1999) atrelada aos princípios políticos, econômicos e ideológicos do novo liberalismo expandidos pelos países centrais – em especial pelos EUA para os demais países do continente americano – são fenômenos que irão contribuir ainda mais para elevação dos índices de desemprego e informalidade.

O Lugar (trabalho informal exercido na Avenida Ipiranga, Avenida São João, Rua Dom José de Barros) como foco analítico da presente pesquisa adquire importância fundamental quando compreendemos a cidade de São Paulo como “*locus* privilegiado” Scarlato (2010) para configuração espacial da cidade que durante seu processo de formação sócioespacial viria ser a maior metrópole da América Latina; estando ainda entre as maiores metrópoles do mundo - (17 milhões de habitantes) - com sua economia dinamizada pela produção industrial, pelo comércio, serviços múltiplos, centros empresariais (formais e informais) de gestão e controle produtivo realizados em outras áreas e regiões do Brasil, lojas de departamentos, *shopping centers* e pontos turísticos; entre outras construções e engenhos superpostos na paisagem metropolitana de suma importância para a história da cidade e do país.

Entre 1930 e 1960 Scarlato (2010 – p. 261) caracteriza a produção fordista/taylorista (década de 1930 – século XX) da indústria que se instala em São Paulo. Ou seja, tal produção industrial pressupõe a imobilidade locacional e a concentração da produção. Observando também as características da produção flexível/toyotista (décadas de 1970 e 1980 – século XX). Neste paradigma produtivo se observa a mobilidade para a localização da nova indústria capitalista; promovendo processos de transformação no espaço. Neste processo evidencia-se a

formação do Centro Histórico (o triângulo) com as primeiras indústrias a se instalarem em São Paulo e sua expansão para a formação do Novo Centro (a partir da Avenida Paulista) com a transformação da indústria em produção flexibilizada.

Segundo Scarlato (2010) com a formação sócioespacial do “Novo Centro” e com a implementação da ‘Nova indústria’ automobilística; o “Centro Histórico” perde sua hegemonia espacial, territorial e locacional. O capital monopolista desenvolve novas formas e funções sociais e espaciais; construindo um novo espaço e uma nova centralidade que atenderá as necessidades da nova produção capitalista no que tange a gestão e a produção transnacional que se instala no território brasileiro. Com este processo surge a arquitetura moderna; com edifícios verticalizados, novas concepções de ruas e avenidas, expansão espacial da ‘mancha urbana’ com a formação de uma grandiosa região metropolitana, que abrigará a mão de obra proveniente dos grandes fluxos migratórios (em especial da região Nordeste) surgindo às favelas, os cortiços e os primeiros bairros operários que confirmarão a formação espacial da metrópole e de sua consequente região metropolitana. O ‘Centro Histórico’, deste modo, foi:

se transformando no símbolo do ‘arcaico’, do ‘velho’, da ‘deterioração’, uma forma preconceituosa de se qualificar este espaço pelo fato de que as funções nobres migraram para a Paulista e nele permaneceram os negócios menos dinâmicos para o grande capital monopolista (SCARLATO, 2010, p. 261).

Observa-se que o Centro Histórico perde a relevância diante da nova produção capitalista que se desenvolve no Brasil. O novo centro (formado a partir da Avenida Paulista) abrigará a nova gestão, os serviços com a mão de obra qualificada para o controle da produção flexível em germinação no território brasileiro; ‘competindo ao centro histórico a concentração: “da economia informal, que passou a ocupar uma grande parte de suas ruas, e as casas de comércio mais popular” (SCARLATO, 2010, p 261).

Deste modo, justifica-se o foco da análise espacial e do fenômeno da pesquisa. O centro histórico como espaço e lugar concentrador do trabalho informal.

3.1 UMA ANÁLISE NUMÉRICA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E A SALIÊNCIA DA INFORMALIDADE

A contradição central do sistema capitalista de produção se encontra no modo de produzir sua riqueza material. Ou seja, a produção é realizada através da exploração do trabalho. A visão de um empresário, de um burguês ou empreendedor se restringe a conquista do trabalho excedente executado pelos trabalhadores; quando materializada a produção seus objetivos visam obter a conquista irrestrita de mercados para expandir a venda de seus produtos e mercadorias. Esta é a visão restrita e estratégica. Quando a economia de um país adota o paradigma liberal com a redução Estatal no planejamento nacional criam-se inúmeras anomalias sociais: desigualdades extremas expressas nos múltiplos aspectos de pobreza e miséria que atingem a população (da cultura a economia) seja no espaço rural, seja no espaço urbano.

Entre os problemas sociais se encontra o trabalho precarizado, o subemprego, que não possuem as garantias de direitos conquistadas ou ofertadas pelo Estado quando este assume seu papel de ator intermediário para minimizar as desigualdades inerentes ao capital.

Nesta etapa do trabalho buscou-se enfatizar as características numéricas proporcionais, tentando expressar os números mais relativos e importantes no que tange a dinâmica do (mercado de trabalho) trabalho informal. Assim, visando contemplar os objetivos gerais e específicos citados na etapa introdutória do trabalho.

Em o “Atlas da Exclusão social no Brasil – Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI” - Guerra, Pochmann e Silva (2015) analisam dinâmica no mercado de trabalho no Brasil nas primeiras décadas do século XXI.

GRÁFICO 3

Fonte: GUERRA, Alexandre; PORCHANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin (Org). CAMPOS, André G.; CASTRO, Daniel; OLIVEIRA, Marcos Paulo; AMORIM, Ricardo L. C.; COELHO, Rodrigo. *Atlas da exclusão Social no Brasil-Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI*. Vol 2. São Paulo: Cortez Editora, 2015, p. 119.

Com o gráfico em destaque observamos que a proporção em idade ativa em 1992 era de 76,2% da população total do país e no mesmo período a proporção em idade ativa participando do mercado de trabalho no mesmo ano era de 58,3%. Em 2002 (dez anos após o primeiro período em análise) a proporção em idade ativa atingia o índice de 81,1 % da população total do país e a população participando do mercado de trabalho atingia 58,6%. Em 2012 os números são de 85,4% e 57,5% respectivamente.

GRÁFICO 4

Fonte: GUERRA, Alexandre; PORCHANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin (Org). CAMPOS, André G.; CASTRO, Daniel; OLIVEIRA, Marcos Paulo; AMORIM, Ricardo L. C.; COELHO, Rodrigo. *Atlas da exclusão Social no Brasil-Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI*. Vol 2. São Paulo: Cortez Editora, 2015, p. 120.

O gráfico “Taxa de desocupação em porcentagem” demonstra que a população economicamente ativa desocupada entre os anos de 1992 e 2012 passou por uma variação de 7,2% para 6,7%. Atingindo seu ápice em 2003 quando a taxa de desocupação chegou a 10,5% da população economicamente ativa.

GRÁFICO 5

Fonte: GUERRA, Alexandre; PORCHANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin (Org). CAMPOS, André G.; CASTRO, Daniel; OLIVEIRA, Marcos Paulo; AMORIM, Ricardo L. C.; COELHO, Rodrigo. *Atlas da exclusão Social no Brasil-Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI*. Vol 2. São Paulo: Cortez Editora, 2015, p. 120.

O gráfico acima demonstra a expressividade do trabalho informal. Em 1992 dos 54% da taxa de ocupação; 53,7% exerciam ocupação informal. Em 2012 da taxa total de ocupação de 49%; 39,3% exerciam suas atividades na informalidade.

Segundo dados do DIEESE (2009) (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) no período compreendido entre 1998 a 2008 cerca de 20% dos assalariados no setor de comércio não desfrutam das garantias previstas nas leis trabalhistas:

“não têm acesso aos benefícios da previdência social nem são protegidos por Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, como ocorre com os contratados com registro em carteira de trabalho. Em outras palavras, estes trabalhadores são privados de direitos como seguro desemprego, FGTS, 13º salário, PLR, aposentadoria, pensão e seguros previdenciários; bem como daquelas conquistas asseguradas nas negociações coletivas” (DIEESE, 2009, p 1).

Segundo o estudo e de acordo com os dados do ministério do trabalho no período de 1998 a 2008, foram criadas 14.949.931 no setor de comércio. A análise demonstra ainda que a cada 10 vagas criadas no mercado de trabalho 6 eram com carteira assinada. O estudo procura

demonstrar que a expressividade nas contratações no setor de comércio não eximem os contratos precarizados sem carteira assinada.

A análise demonstra as contratações feitas nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Distrito Federal. Em 2008, em São Paulo 21% do total ocupado no comércio trabalhavam sem as seguridades das leis trabalhistas; representando um contingente total de 220 mil trabalhadores, seguidos de Salvador com 19,4%, Recife com 18,1%, Belo Horizonte com 13,4% e Porto Alegre com 14%.

Cabe ressaltar que os dados acima comprovam a displicência do Estado ou governos com os postos de trabalho e os direitos adquiridos pela classe trabalhadora. Neste contexto de geração de subemprego ou empregos precarizados os lojistas/empregadores contratantes usurpam os direitos dos trabalhadores e as prerrogativas de tributação que os empresários devem pagar ao próprio Estado.

O estudo realizado pelo DIEESE (2009) considera o trabalho informal no interior do comércio das regiões metropolitanas citadas. Demonstrando que a informalidade adquire uma expressividade alta e por vezes oculta por considerarmos com maior enfoque as atividades desenvolvidas nas ruas dos grandes centros urbanos com vendedores ambulantes vendendo múltiplos produtos como verificado na análise de Singer e Pochmann (2000) em “O mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo”.

Assim, entende-se que os dados globais que abrangem a informalidade na economia brasileira devem ser considerados para entendermos sua dinâmica e proporção.

GRÁFICO 6

Fonte: Convênio DIEESE/ Seade, TEM/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego Elaboração: DIEESE.⁴

Com o gráfico observamos que os trabalhadores contratados pelas empresas comerciais sem carteira assinada em Belo Horizonte foram de 19,8% em 1998 e 13,4% em 2008; no Distrito Federal foram 23% em 1998 e 16,1% em 2008; em Porto Alegre foram de 13,2% em 1998 e 14% em 2008; em Recife foram 23,8% em 1998 e 18,1% em 2008; em Salvador foram 25,3% em 1998 e 19,4% em 2008 e por fim em São Paulo foram 24% em 1998 e 21,5% em 2008.

Segundo a análise do DIEESE (2009) o comércio brasileiro atualmente é heterogêneo com a participação conjunta de grandes conglomerados internacionais e de pequenas, micro e médias empresas. Para assegurarem a competitividade, as empresas menores buscam uma maior rentabilidade na super exploração do trabalho e na ilegalidade das contratações. Entendemos que uma política nacional de desenvolvimento ao empresariado brasileiro em todos os níveis diminuiria ou até mesmo acabaria com esta problemática:

4

Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2009/2009pedsetoriaisinformalidadedecomercio.pdf>>
> Acesso em: 03 de novembro de 2015.

Como forma de compensar as diferentes condições de competitividade utiliza-se, por vezes, o rebaixamento do custo do trabalho, uma prática antiética que chega a ultrapassar os limites legais (DIEESE, 2009, p 3).

O texto destaca ainda a expressiva diferenciação salarial entre os trabalhadores com carteira assinada e os trabalhadores que exercem suas atividades sem carteira. As jornadas de trabalho são extensas, com trabalho aos domingos e feriados e os ganhos salariais muitas vezes não são fixos dependendo da produtividade.

Na Região Metropolitana do Recife a jornada de trabalho dos trabalhadores sem carteira chegou a 49 horas semanais sendo esta a maior jornada registrada em todas as regiões metropolitanas estudadas. Com relação ao tempo de permanência no trabalho os trabalhadores sem carteira assinada não se estabilizam no cargo em função da oferta de mão de obra que oferece o mesmo tipo de trabalho por um custo salarial menor ao empregador.

Torna-se, portanto, crucial entender a dinâmica e inter-relações entre tais formas de inserção no mercado de trabalho para extrair de maneira mais acurada conclusões sobre as transformações recentes no mundo do trabalho, e principalmente, para identificar formas de atuação possíveis para elevar o grau de proteção aos trabalhadores, aperfeiçoando as instituições públicas e fortalecendo a representação sindical (DIEESE, 2009, p. 8).

Assim, com a bibliografia apresentada verificamos que a partir da década de 1990 o mundo subdesenvolvido passou por intensas transformações negativas no que tange o seu processo de desenvolvimento, geração de emprego, distribuição de renda, etc. Deste modo, ampliando ainda mais a desigualdade social presente em tais países. Diante disso, compreendemos que a atuação do poder público como regulador e planejador econômico é essencial para reverter esta grave situação social. Para tanto, é necessário restabelecer um novo projeto político de desenvolvimento que contemple os anseios e necessidades internas de suas populações e não aos interesses perversos e segregadores das corporações produtivas presentes nos países centrais.

Nesta perspectiva buscou-se compreender como tal dinâmica repercute na vida econômica e social da cidade de São Paulo- SP.

3.2. O TRABALHO EMPÍRICO: A RELAÇÃO INERENTE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

As entrevistas contempladas no trabalho de campo foram realizadas durante o mês de janeiro de 2017. O objetivo fora verificar e definir as relações estabelecidas entre a discussão teórica bibliográfica e a realidade concreta da execução do trabalho na informalidade. Deste modo, os aspectos relativos à precarização do trabalho informal identificados nas discussões teóricas foram verificados e comprovados empiricamente, com o trabalho de campo. As perguntas que constituíram as entrevistas foram abertas de modo a deixar os trabalhadores informais se expressarem diante do seu trabalho.

O número de trabalhadores entrevistados no trabalho empírico foram 11 trabalhadores informais, ou ainda, ambulantes que vendem múltiplas mercadorias e produtos nas ruas do Centro Histórico da cidade de São Paulo.

Buscou-se identificar o posicionamento dos trabalhadores de rua em ponto fixo ou ambulante diante de suas atividades, com reflexões e indagações, tais como: 1 - o grau de consciência dos trabalhadores diante da precariedade do trabalho que estes exercem cotidianamente; 2 - o posicionamento dos trabalhadores informais com relação as leis de proteção ao trabalho; 3 - qual a concepção diante das causas que os levaram a exercer o trabalho informal; 4 - a aquisição das mercadorias e a “renda” obtida com as vendas; 5 - o tempo que estavam na informalidade; 6 - a renda familiar; 7 - o posicionamento dos trabalhadores informais com relação a entidades representativas (associações, movimentos e “sindicatos”). Neste aspecto buscou-se refletir sobre: as dificuldades de organização, a posição individual de cada trabalhador sobre a necessidade e importância de organizações coletivas que busquem melhorias, normas, legalizações no âmbito legislativo, executivo e judiciário buscando contemplar direitos básicos para o exercício do trabalho: delimitação de horas por dia de trabalho, férias remunerada, contribuição previdenciária, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aspectos relativos à segurança no trabalho, décimo terceiro salário. Em suma, estabelecer um aparato de leis que protegessem e assegurassem condições dignas para o exercício dos respectivos trabalhos; 8 - o local de origem (diante dos trabalhadores que não nasceram em São Paulo) e o que eles vislumbraram com a migração: um trabalho melhor para garantir melhores condições de vida? 9 - averiguação sobre o

posicionamento diante do mercado formal de trabalho, tais como: tempo que trabalharam registrado, se voltariam ao mercado formal, quais as condições para voltarem com relação aos salários? 10 - A posição sobre a aposentadoria; 11 - sobre a idade e tempo na informalidade; 12- quantidades de horas por dia de trabalho; 13 - a escolaridade de cada trabalhador; 14 - seu posicionamento diante do “governo” ou ações do estado em benefício dos trabalhadores informais. Tais como: leis de proteção e incentivo à transformação destas atividades em micro, pequenas e médias empresas como ação dinamizadora da economia para geração de emprego e renda; 15 - as diferenças entre as rendas do trabalho na informalidade e do trabalho na formalidade; 16 - o posição que possuíam diante do emprego e desemprego no Brasil (compreender a consciência deste trabalhadores diante desta problemática); 17 - as relações com os fiscais de segurança e policiais (dificuldades enfrentadas, perda de mercadorias, violência, etc.); 18 - Porque a escolha das ruas do Centro Histórico para o exercício do trabalho? 19 - identificação sobre o local de moradia e condições de moradia; 20 - a reflexão sobre a origem dos produtos vendidos. Por fim, 21 - a reflexão que os trabalhadores informais possuíam diante das expectativas de inserções no mercado de trabalho (como melhorar as condições do trabalho executado na informalidade? Como voltar ao mercado formal? Este é um objetivo do trabalhador informal?); entre outros aspectos identificados com o desenvolvimento dinâmico das entrevistas.

3.3. ANÁLISE E ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES INFORMAIS DA AVANIDA IPIRANGA, AVENIDA SÃO JOÃO E RUA DOM JOSÉ DE BARROS – SÃO PAULO

No recorte espacial de análise encontram-se inúmeros trabalhadores informais; vendendo múltiplas mercadorias, tais como: produtos artesanais (pulseiras, brincos, colares, anéis), produtos artesanais que se contemplam em artes plásticas (estátuas, estatuetas, desenhos caricaturados de personagens famosas da música, cinema, política, desenhos fieis as características das pessoas que queiram se deixar reproduzir em desenhos), identificamos ainda artistas plásticos vendendo e produzindo quadros, bancas de roupas, barracas de alimentos, vendedores de óculos de sol, DVDs, entre outros. As entrevistas duraram em média entre 8 minutos a 14 minutos com cada trabalhador. Com o objetivo de entender a relação entre teoria e prática.

3.4 . ENTREVISTAS

1 - O primeiro trabalhador informal entrevistado vendia em uma barraca-banca (média/relativo ao tamanho) produtos artesanais confeccionados por ele mesmo. Mercadorias com a estética *hippie* ou *neohippie*: pulseiras, brincos, colares, anéis, entre outros. A abordagem inicial fora fácil. O trabalhador em questão não apresentou resistência em responder as perguntas. Assim, buscou-se salientar a relevância de seu ponto de vista sobre o emprego, o desemprego, a relação com os policiais e os fiscais de segurança. Tendo como objetivo demonstrar e entender em reflexão conjunta a precariedade do trabalho exercido nas ruas, na informalidade.

Durante a entrevista buscou-se refletir ainda sobre as causas e possíveis soluções para esta forma de trabalho precário que atinge milhares de trabalhadores no Brasil e no mundo. O liberalismo somado a revolução técnica e científica dos meios de produção no capitalismo como aspectos fomentadores dos altos índices de desemprego e consequentemente de informalidade no mundo do trabalho

O trabalhador se identificou como Cauê e nos primeiros momentos da entrevista ele começou a organizar o seu estoque de mercadorias e alguns objetos: papelão, cadeira e colchão que estavam todos cobertos por uma tenda azul.

Cauê identificava seu trabalho nas ruas como uma “onda alternativa”, demonstrando que primava por sua “liberdade” para trabalhar vendendo seus produtos artísticos artesanais ao invés de estar vinculado a uma empresa com todos os aspectos burocráticos que o trabalho formalizado prevê: cumprir horário, respeitar hierarquias, se vestir com uniformes, entre outros aspectos que limitam a personalidade e individualidade do ser humano. Segundo suas palavras: “Eu prefiro trabalhar assim de uma forma alternativa, mais livre, sem estar trancado entre paredes”.

Com relação aos valores adquiridos e a sua renda com a venda dos produtos o trabalhador relatou que em alguns dias não adquiria nada, em outros 40 reais, 50 reais dependendo do movimento de clientes. Com relação à “renda” mensal expôs que não poderia fixar um valor, pois as vezes ficava dias sem vender em outros vendia mais. Com esta resposta identificou-se que Cauê se esquivou em responder, não querendo revelar os valores obtidos diante de seu trabalho. Estava nesta atividade há 10 anos, viajando por vários lugares

para vender suas mercadorias. Com relação à organização coletiva dos trabalhadores (associações, movimentos, entidades representativas, sindicatos) o trabalhador não demonstrou interesse sobre este aspecto. Sua posição era que cada um deveria trabalhar individualmente garantindo os recursos necessários para sua sobrevivência.

Com relação à moradia dissera que preferia estar como andarilho sem um local fixo para morar, morando em cabanas pelos locais em que passava. Explicou que só voltaria ao mercado formal de trabalho dependendo do que ele fosse realizar, das relações que teria com as outras pessoas sendo estes aspectos até mais importante que o salário que receberia. Sua escolaridade era restrita ao ensino básico (oitavo ano do antigo ginásio e atualmente nono ano do ensino fundamental II). Com relação às leis de proteção do trabalho disse que era importante, mas preferia estar sozinho, com sua mochila nas costas vendendo seus produtos artesanais.

Diante das ações governamentais para melhoria do trabalho executado na informalidade dissera que estava “meio por fora destas questões de política”; salientando que “as leis no Brasil ninguém leva muito a sério, é tudo meio bagunçado, meio casa da mãe Joana”. Diante da relação com os fiscais de segurança e polícia; já tivera algumas mercadorias apreendidas. Trabalhava na República por ser um local histórico de São Paulo e por estar próximo dos outros trabalhadores que fazem artesanato.

Relatou que ainda viajaria. Gostava muito de arte. E acreditava que existiam muitos trabalhadores informais em São Paulo e no Brasil. Seu local de origem era o estado do Amazonas (Região Norte) e em São Paulo já tinha vendido seus artesanatos na Avenida Paulista, Pinheiros, Faria Lima e estava sempre viajando.

Percebe-se que Cauê adotara este trabalho para assegurar seu estilo de vida e concepção diante do “mundo”: estar livre, sem vínculos trabalhistas e burocráticos. Vivendo de acordo com os princípios *hippies* das décadas de 1960 e 1970, sempre com o “pé na estrada” (Kerouac, 2010, p.76) para viver e conhecer múltiplos lugares, buscando garantir sua liberdade individual; se diferenciando da maioria dos demais trabalhadores entrevistados que buscavam uma segurança com o trabalho formalizado e só estavam como informais devido à conjuntura e estrutura econômica do desemprego no Brasil. Verificaremos tal postura na descrição das entrevistas a seguir.

2 – A segunda entrevista também ocorrera com um trabalhador informal da Avenida Ipiranga. Anselmo (seu nome) de Origem peruana que assim como Cauê vendia produtos artesanais feitos por ele mesmo: pulseiras, colares, brincos, entre outros. Trabalhava como informal porque veio do Peru (Lima) e não conseguiu emprego formal, registrado, com carteira assinada, apesar de ter tentado e distribuído inúmeros currículos. Fazia as peças (mercadorias) todos os dias e o valor de venda variavam entre 15 a 20 reais; seu faturamento mensal oscilava entre 1000 reais a 1300 reais.

Exercia este tipo de atividade há muito tempo e estava no Brasil desde 2014 a 3 anos trabalhando com artesanato. Aprendeu a fazer o artesanato observando outros artesãos. Morava sozinho.

Com relação à representação coletiva (associações, sindicatos, movimento social organizado) dissera com ênfase que era favorável a formação sindical dos trabalhadores que produziam e vendiam artesanato; em virtude da relação conflituosa com a polícia e fiscais. O possível sindicato daria mais tranquilidade para a venda dos produtos, mais dignidade ao exercício do trabalho nas ruas. As dificuldades para a formação de associações ou entidades representativas relacionava-se ao fato de estarem cada dia em um local do centro para vender, bem como, a falta de união dos trabalhadores informais que trabalham nas ruas.

Não possui casa própria e nenhum outro bem, morava de Aluguel no Itaim Paulista e todos os dias vinha ao centro de São Paulo vender seus produtos. Com relação ao trabalho formal dissera que voltaria a trabalhar registrado. Entretanto, sabia que o índice de desemprego estava muito alto e dificilmente conseguiria trabalhar novamente na economia formal. Seu grau de escolaridade era o “sétimo grado” (o que representa no Brasil a sétima série/oitavo ano do ensino fundamental II).

Sobre os benefícios da CLT disse que não contribuía ao estado e se aposentaria pela idade recebendo o salário mínimo de acordo com as leis previdenciárias. Não fora identificado se Anselmo gostaria de voltar ao Peru e como se aposentaria em seu país de origem. Diante das ações do estado opinava que mecanismos para criação de leis e normas para os trabalhadores informais seria muito importante, para formalizar ou “legalizar” sua profissão e dos demais trabalhadores precarizados.

Acreditava que se tivesse trabalhando com os benefícios da CLT ganharia mais do que ganhava nas ruas (entre 1000 e 1300 reais mensais) e teria mais segurança. As relações com

os fiscais de segurança da prefeitura e com a polícia militar eram difíceis; já tinha perdido muitas mercadorias e passado por muitos conflitos com os “agentes de segurança”. Escolheu a Avenida Ipiranga devido à grande circulação de pessoas e sabia que o trabalho informal era executado por inúmeros trabalhadores.

Veio para o Brasil com o objetivo de trabalhar, melhorar de vida, dizendo que o Brasil é um país muito grande e possuía grandes empresas. Entretanto, não conseguira trabalho formal nem no Peru e nem no Brasil. Tinha 63 anos de idade. Estava no Brasil como imigrante legal e no final da entrevista apresentou os documentos de legalização para permanecer no Brasil e uma carteira emitida pelo governo do estado de São Paulo que o autorizava a vender seus produtos nas ruas como artesão.

3 - O terceiro trabalhador informal entrevistado na Avenida Ipiranga se apresentou como Fiorentino. Tal trabalhador assim como Anselmo (entrevista descrita no parágrafo acima) era de origem Peruana, cidade de Cusco e estava como imigrante no Brasil há três anos (2014 a 2016).

Assim como, os entrevistados anteriores trabalhava com artesanato e estava exercendo suas atividades nas ruas como trabalhador informal devido à necessidade de sobrevivência relacionadas as poucas ou nenhuma oportunidade encontrada no setor formal da economia.

Comprava os materiais para produzir suas mercadorias: colares, pulseiras, brincos, anéis. Os preços dos produtos variavam entre 5 a 25 reais. Diariamente ganhava entre 50 a 60 reais. Nos melhores dias as vendas atingiam o valor de 100 reais; salientando que o mês de janeiro é um mês fraco para as vendas e o custo de vida com aluguel para moradia e alimentação eram muito altos. Seu faturamento mensal máximo era inferior a mil reais variando entre 800 a 900 reais. Estava trabalhando nas ruas há três anos desde que chegara ao Brasil em 2014. Morava com um sobrinho que trabalhava da mesma maneira. Fiorentino era favorável à construção de entidades representativas (associações, sindicatos, coletivos, movimentos) que buscassem melhorias e direitos para o seu trabalho. As dificuldades com relação à organização estavam relacionadas à sua origem por ser um imigrante. Segundo suas palavras “um estrangeiro”. Dizendo ainda, que já havia passado por discriminação, preconceito, atos de xenofobia contra sua pessoa ao escutar dizeres “Brasil para os brasileiros”.

Mesmo não sendo o foco analítico da pesquisa é importante refletirmos sobre as múltiplas ações preconceituosas que permeiam as relações sociais em nosso dia a dia contra alguns grupos, tais como: negros, etnias indígenas, migrantes de outros estados ou outros países que estão na cidade de São Paulo, LGBTs (Lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais), entre outros.

Consideramos que tais posturas discriminatórias pertencem a um conjunto de valores sociais conservadores, regressistas no que tange a comunhão entre as relações pessoais e entre os povos. Durante esta reflexão, salientou-se a importância da união entre os “povos” da América Latina por termos dificuldades muito próximas e semelhantes: desigualdade social, ex-colônias dos países europeus, entre outros aspectos que unem as nações Latino Americanas.

Com relação ao trabalho formal em lojas e indústrias dissera que voltaria ao mercado formal. Entretanto, a sua idade era um fator que dificultaria esta formalização empregatícia. Tinha 55 anos e morava de aluguel. Estava na condição de imigrante legal no Brasil. Assim, mostrando o documento provisório (Cédula de Identidade para Estrangeiro). Em seu país de origem (Peru) as condições no mercado de trabalho estavam difíceis. Não conseguia emprego e veio para o Brasil com a expectativa de melhorar suas condições de vida que passaria por uma melhor ocupação de trabalho. Entretanto, no território brasileiro também não conseguia atingir suas expectativas. No Peru também vendia artesanato, possuindo 10 anos de escolaridade. Seu posicionamento com relação à regulamentação do trabalho pela CLT - (Consolidação das Leis Trabalhistas: condições melhores para o exercício do trabalho, regulamentação de horas por dia, o salário mínimo entre 800 reais a 900 reais, décimo terceiro salário, férias remuneradas, fundo de garantia por tempo de serviço a ser utilizado em caso de demissão e contribuição previdenciária) - era positiva, dizendo que as condições em um trabalho formal seriam muito importantes. Com relação à questão previdenciária Fiorentino disse que no Peru a maioria das pessoas que conhecia não tinha acesso a este benefício ou direito e que em seu país “não se respeitavam as leis”; salientando que o governo não apoiava a população. No Peru vivia no espaço urbano na cidade de Cusco que ficava “a 24 horas de viagem da capital Lima”.

Disse que trabalharia a vida toda e que atualmente na Avenida Ipiranga só poderiam trabalhar oito vendedores-fabricadores de artesanato. Trabalhava das 8 horas da manhã às 18 horas (10 horas de trabalho por dia) e às vezes ficava um pouco mais. Quando não vendia

nada ficava mais horas com seus produtos na rua até conseguir vender algo. Com relação às políticas que o governo ou o estado brasileiro poderiam fazer para a melhoria das condições de trabalho e emprego; Fiorentino disse que não há união entre os trabalhadores e que melhorias e direitos se conquistariam coletivamente através de cobranças diante do governo.

Diante do desemprego relatou que “cada governo pensa em seu próprio bem estar e não na população”. Com esta afirmação verificamos os princípios marxistas que compreendem a construção do pensamento a partir da condição concreta e real para a posterior condição abstrata e reflexiva (Engels, 1976, p. 213). Verifica-se ainda, que através do realismo cotidiano Fiorentino compreende que o Estado não atua em benefício dos trabalhadores (Gramsci, s/d); dizendo que o governo atua em seu próprio benefício. Deste modo, observa-se a relação e aliança entre Capital e Estado que na história do capitalismo sempre adotaram medidas para super explorar a classe que vive do trabalho (Antunes, 2011).

Disse ainda que no Peru durante toda a vida não trabalhou com registro em carteira. A relação com os fiscais de segurança e policiais era conflituosa. Dizendo que há sete meses atrás tinha perdido todas as suas mercadorias porque sua carteira de legitimação emitida pelo estado para trabalhar como vendedor de artesanato havia vencido. Destacou a demora para conseguir renovar a carteira de permissão (6 a 7 meses) dizendo que sempre ao tentar tinha que: “Pagar uma taxa e outra taxa e outra taxa.” Enquanto a sua não ficava pronta pegava emprestada a carteira do sobrinho para poder trabalhar. Nesta perspectiva, verificamos a burocracia e o descaso do Estado com os trabalhadores em geral e em particular com os informais.

Fiorentino mostrou sua carteira de permissão e autorizou uma fotografia do documento emitido pela “Secretaria de desenvolvimento econômico ciência tecnologia e inovação; superintendência para o trabalho artesanal nas comunidades, carteira de identidade de artesão; artesanato paulista; emitida pelo governo do estado de São Paulo” concedendo a permissão para os artesãos produzirem e venderem seus produtos nas ruas do centro de São Paulo.

Fiorentino, segundo o documento possuía cerca de 500 peças para serem comercializadas. A escolha da localização para o exercício do trabalho era a proximidade de sua residência alugada no próprio Centro Histórico. Vendia sempre na Avenida Ipiranga. Sabia que existiam muitos trabalhadores nas mesmas condições e que no Peru o trabalho

informal era ainda mais utilizado como meio de vida pela maioria da população. Trabalhou primeiramente com uma amiga em um restaurante; experiência que não deu certo e não tinha alternativa a não ser vender seus artesanatos como fonte de trabalho e sobrevivência nas ruas de São Paulo.

4 – O quarto trabalhador entrevistado possuía uma “barraca móvel” fácil de transportá-la provavelmente em virtude das ações da fiscalização da guarda municipal da cidade de São Paulo e da polícia militar. É importante salientar que todos os trabalhadores informais frisavam a relação conflituosa e o temor de perder suas mercadorias em virtude das ações repressivas dos órgãos do estado. Neste aspecto, considera-se que políticas normativas e legislativas que possibilitassem a formalização – ou ao menos – a regulamentação dos trabalhadores informais seriam de suma importância para o exercício do trabalho com mais tranquilidade; porque todos possuíam uma preocupação constante enquanto trabalhavam diante das ações repressivas das instâncias de segurança que permanentemente atrapalhavam as vendas destes trabalhadores.

A exposição das mercadorias do quarto trabalhador entrevistado estava no cruzamento da Avenida Ipiranga com a Avenida São João, buscando os consumidores que passavam nos dois fluxos das duas avenidas. Suas mercadorias eram óculos de sol, de múltiplas “grifes” pirateadas. Diante da indagação sobre produtos falsificados o trabalhador respondeu: “quem compra o ‘original’? Vai em uma loja e veja o preço”! Não cabe neste corpo dissertativo buscar entender a cadeia produtiva de produtos de “grifes e marcas” pirateados; entretanto é um aspecto importante ao menos de ser mencionado e indagarmos: se todos estes produtos pertencem ao mercado ilegal, como eles chegam a estes inúmeros trabalhadores que realizam suas vendas no Centro Histórico da cidade? Neste aspecto, encontra-se mais uma contradição nos países capitalistas periféricos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Os bens materiais produzidos pelas empresas que possuem as técnicas produtivas produzem com a qualidade e a “grife” desejadas pela maioria da população; mas, as populações dos países subdesenvolvidos não possuem os recursos financeiros necessários para adquiri-los devido aos baixos salários. Deste modo, compre-se os produtos “piratas” com qualidade inferior possuindo o selo, da imagem, da marca e da ‘grife’ propagadas como valores condicionantes para o individuo estar inserido na sociedade produtora de mercadorias.

O trabalhador que vendia os óculos se apresentou como Jorge. Salientando que o desemprego era a principal causa de sua ocupação. Tinha procurado emprego e enfatizou que

os empresários não pagam os valores salariais que contemplem as necessidades da classe trabalhadora e a vulnerabilidade que os trabalhadores possuem no mercado formal dizendo: “eles te contratam e passa alguns dias pronto! Te mandam embora”. Entendemos que esta postura das corporações no mercado formal de trabalho ocorre devido ao grande excedente de mão de obra disponível e desempregada no mercado de trabalho brasileiro e no mundo, sendo este, um efeito das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva do capital a partir de 1970 que robotizou a produção, bem como, o comércio e serviços eliminando em escala global inúmeros postos de trabalho.

Nesta perspectiva, devido à insegurança de manter o emprego no mercado formal, Jorge, preferia “trabalhar para ele mesmo”. Sua jornada de trabalho variava entre oito a dez horas por dia. Trabalhava vendendo óculos há bastante tempo. O local em que conseguia as mercadorias não foi revelado. Jorge disse que não podia responder. Com relação a sua renda diária disse que dependia do dia. Enfatizou a crise econômica recessiva do país que influenciava negativamente na venda de seus produtos. As pessoas não estavam comprando. Quando indagado sobre sua renda diária, disse que o máximo vendido em um dia variava entre 100 e 150 reais.

Estava na informalidade há 15 anos e toda renda familiar era proveniente de seu trabalho. Enfatizou que seu trabalho era honesto e que em todo lugar do país e do mundo existia trabalhadores informais. Morava de aluguel na Zona Leste de São Paulo e trabalhava todos os dias na área central do centro histórico da cidade de São Paulo. Seu local de origem era a região Nordeste. Conseguia mais de 1500 reais mensais. Seu grau de escolaridade era a quinta série/sexta ano do ensino fundamental.

Com relação à aposentadoria esperava se aposentar por idade e trabalharia até quando aguentasse. Com relação a políticas de governo e estado; disse que seria importante uma regulamentação para os trabalhadores informais e que uma ação de seguridade seria criar um “fundo bancário” com um valor acessível para garantir uma aposentadoria com um valor maior e mais condizente com as necessidades da população. Com relação ao desemprego dissera que “eles precisariam criar um pouco de vergonha, combater a corrupção”. Neste aspecto, identificamos as dificuldades de pensarmos em concepções ou paradigmas políticos e econômicos para diminuir os índices de desemprego e informalidade. Entretanto, compreende-se que o paradigma liberal não gerou emprego, renda ou melhorias para a classe

trabalhadora como um todo. Dissera que sempre tinha que correr dos fiscais para não perder suas mercadorias.

Jorge expressou que a carteira para autorização de seu trabalho – emitida pelo estado – era muito difícil de conseguir. Frisando que seus produtos eram “piratas”, já estavam no mercado local da cidade. Todavia, o governo do Estado não autorizaria a comercialização de produtos de origem “ilícita”; contradizendo as políticas de fronteira, a ação das policiais e do exército brasileiro que conhecem este mercado deixando tais produtos chegarem ao território brasileiro.

Neste aspecto, compreendemos que políticas de combate as patentes e que a o socialização/nacionalização dos meios de produção seria a principal ação política para combater a “produção pirata e paralela” e assim todos terem acesso aos bens materiais produzidos no capitalismo. Compreendemos também que existe uma série de dificuldades e complexidades para a implementação das ações políticas citadas.

Jorge estava em São Paulo a mais de trinta anos e seus trabalhos realizados na economia formal (com registro em carteira) somavam mais de vinte anos. Com relação às entidades representativas e seu posicionamento diante deste aspecto; não fora possível de analisar devido ao dinamismo da entrevista e a necessidade de Jorge realizar suas vendas com mais tranquilidade. Pois no começo da conversa já havia me perguntado se seria rápida a entrevista. A mesma durara 10 minutos e 38 segundos.

5 - O quinto trabalhador se apresentou como Igor e tinha 22 anos. Os produtos vendidos eram dvds “piratas” estendidos em uma “banca média” na calçada da Avenida Ipiranga. Igor já tinha trabalhado com a venda de outros produtos: roupas, bonés, entre outros. O preço dos dvds variavam de 1 por 5 reais; e 3 por 10 reais. As dificuldades de garantir um emprego na economia formal era a causa de sua ocupação na informalidade. Trabalhava entre 9 horas a 11 horas por dia. Chegava ao centro as 9 horas da manhã e trabalhava até as 18 ou 20 horas.

Comprava os produtos na Rua 25 de março ou no Brás. Sua renda diária variava entre 60 reais a 80 reais. Por mês variava entre 1000 reais e 1200 reais. Trabalhava nas ruas desde os 10 anos de idade. Tinha dois filhos e pagava pensão. No decorrer da entrevista duas garotas pararam em sua banca e ao dizer o preço uma das clientes disse que estava caro, assim, Igor falou que faria 4 dvds por dez reais e imediatamente perguntou se a entrevista iria demorar.

Após concluir a venda continuamos a entrevista, buscando refletir sobre as associações representativas dos trabalhadores informais e Igor falou “tem que ter alguém lá pra representar nós, fazer manifestação e quebrar tudo”. O aspecto relativo a “fazer manifestações e quebrar tudo” reflete a consciência - ainda que não respaldada teoricamente - de classe que grande parte dos trabalhadores possuem, mas devido as dificuldades de organização e manifestação não conseguem se mobilizar na luta por direitos e melhorias de condições de trabalho. Observa-se também um sentimento de revolta tal qual o dos trabalhadores ingleses da Revolução Industrial do século XIX que quebravam as máquinas e as fábricas como forma de protesto com relação a excessiva exploração da burguesia industrial diante dos trabalhadores e estratégias para manter seus postos de trabalho. Tal tática de manifestação fora idealizada por Need Lud, compreendida como Luddismo: “o Luddismo tratado como fenômeno isolado para fins administrativos, abrangia vários tipos diferentes de quebra de máquinas” (Hobsbawm, 2000, p.19).

Igor iria para o mercado formal se tivesse oportunidade “Lógico” respondia. Com relação à aposentadoria disse que tentaria fazer um fundo próprio e tentou pagar o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), entretanto, não deu certo. Com relação à ação do governo e estado para melhorar as condições de trabalho; Igor foi enfático dizendo que tinham que tirar os policiais e a guarda municipal das ruas que atrapalhavam seu trabalho. Já tinha perdido inúmeras mercadorias e realizara em um dos conflitos um Boletim de Ocorrência em virtude da ação violenta da polícia diante de seu trabalho.

Não possuía casa própria, morava de aluguel. Sua posição com relação ao desemprego no Brasil disse que “o governo tinha que arrumar trabalho pra todo mundo”. Devido aos dados informados e sua experiência trabalhando vendendo produtos nas ruas desde os 12 anos de idade sabia que a precariedade de seu trabalho se estendia a milhares de trabalhadores no Brasil.

6 – O sexto trabalhador informal entrevistado estava com suas mercadorias na Avenida São João. Apresentou-se como Junior. Realizou uma série de críticas logo no começo da entrevista com relação ao trabalho com registro em carteira, dizendo que as condições eram péssimas, os salários eram baixos, criticando o salário mínimo: “numa empresa registrado você vai tirar o que? 800 ou 900 reais o salário mínimo; na rua você ganha mais, trabalha direitinho você vai tirar os seus dois conto de boa. Entendeu?”

Sua jornada de trabalho diária era de 10 a 12 horas por dia vendendo produtos eletrônicos: *pendravi*, carregador de celular, entre outros. Estava trabalhando nas ruas a seis anos e sustentava a casa com a venda de seus produtos, não possuía filhos, vivendo apenas com sua esposa. Não acreditava em entidades ou associações representativas para os trabalhadores informais. Informou que tentara se organizar com outros trabalhadores dizendo: “chegou um representante pra falar com nós, mais ninguém quer acordo com ambulante: polícia não quer acordo com ninguém, justiça não quer acordo com ninguém, prefeitura não quer acordo com ninguém”. Assim, não tiveram resultado algum. Como os demais salientou com um tom de revolta as ações da polícia diante de seu trabalho e a perda de suas mercadorias diante da repressão policial. Salientou que estavam trabalhando, mas eram tratados como bandidos, ladrões “quem trabalha na rua é assim, entendeu?”

Morava de aluguel. Sua escolaridade compreendia o segundo ano do ensino médio. Sairia das ruas por condições salariais melhores. Com relação a ação do estado frisou que a função da polícia era manter a segurança, entretanto os policiais atuavam de modo contrário deixando os trabalhadores de rua inseguros, temendo as ações repressivas. Eles eram pagos para proteger, entretanto não realizavam essa função. Salientamos aqui o monopólio da violência exercido pelo poder do estado e a concepção crítica diante dos órgãos de segurança no interior da sociedade de classes. Ou seja, coibir o trabalho informal, as manifestações da classe trabalhadora para garantir a lógica desigualitária do modo de produção capitalista. Assim, compreendemos que o aparato militar do estado serve para proteger as classes sociais dominantes que controlam os meios de produção. Junior dissera, assim como Igor, que era obrigação do governo e do estado garantir o emprego para todos. Observou no decorrer da entrevista: “olha aqueles dois policia lá do outro lado, mosco com a mercadoria eles vem aqui e leva tudo embora; se passa alguém passeando eles não fazem nada, agora com quem tá trabalhando?”.

Seu local de origem era o estado do Piauí. Trabalhou registrado menos de 2 anos em São Paulo. Estava trabalhando nas ruas a 6 ou 8 anos. Com relação a origem dos produtos sabíamos que eram “pirateados” ou falsificados e Junior dissera:

Na 25 é onde tudo tem, se eles querem parar porque que eles não fecham o depósito de onde sai toda mercadoria? Por quê? É dinheiro que rola. Na 25 rola muita propina? “Rola? Se rola! o que mais tem é isso, é o dinheiro que

canta, se eles quisessem atraparhar os trabalhadores informais fechavam de vez o depósito, acabar com a pirataria, mais não fecham.

Nesta perspectiva, identificamos a complexidade diante da cadeia produtiva dos produtos pirateados que são vendidos em múltiplas regiões da cidade de São Paulo, do estado de São Paulo e do país como um todo. Percebe-se ainda diante das exposições realizadas por Junior que o poder público participa desta lógica produtiva “ilegal” – com seus representantes em múltiplas instâncias – se beneficiando financeiramente com este comercio; evidenciando assim, as contradições e corrupções presentes na “máquina do estado”. Reprimem o comercio informal, entretanto, as mercadorias “pirateadas” entram no país, se centralizarem na rua 25 de março até chegarem ao comercio varejista e aos múltiplos consumidores. O consumo é uma etapa do processo econômico fundamental para a reprodução do capital e o aparato midiático fora feito – entre outros fins – para estimular tal prática.

7 – A sétima entrevista foi realizada com um garoto chamado Robert (17 anos) que trabalhava em uma “banca” presente em um ponto próximo ao cruzamento entre a Avenida Ipiranga e a Avenida São João, no início da Rua Dom José de Barros .Vendia múltiplos produtos: bolsas, boinas, chapéu, bonés, entre outros. Começara a realizar tal atividade através da compra da banca de um de seus tios que trabalhavam da mesma forma. Verificamos na rua em que Robert trabalhava inúmeros trabalhadores com “bancas” aparentemente padronizadas; com o mesmo tamanho, tendas azuis para proteção e exposição das mercadorias.

Os produtos vendidos em cada uma variavam: camisetas, cintos, bonés, bermudas, calças; todas com estampas ou etiquetas de “grifes” ou marcas. Entretanto, sabemos que tais produtos não são “originais” como verificamos nos exemplos dos produtos citados nas entrevistas anteriores. Robert e os demais trabalhadores da Rua possuíam autorização do poder público para comercializar suas mercadorias. Assim, a quantidade de produtos e a estrutura física para a exposição (“bancas” ou “barracas” médias ou grandes) eram melhores que a dos trabalhadores entrevistados anteriormente. Não passavam pelo problema frisado pelos demais entrevistados: a ação repressiva dos fiscais de segurança ou da polícia militar. Deste modo, exerciam suas vendas e seus trabalhos com mais facilidade e menor preocupação, principalmente no que tange a perda e apreensão das mercadorias.

Os preços dos produtos de Robert variavam entre 15 reais a 80 reais. Com relação a renda diária e mensal o entrevistado não quis revelar o valor adquirido. Contudo, dissera que “dava para se sustentar”.

Trabalhava vendendo estes produtos a 2 anos. Sua renda familiar era composta pelas vendas de seus produtos e dos produtos de seus pais que trabalhavam da mesma forma. Diante da perspectiva da organização coletiva dos trabalhadores informais; Robert dissera que “já tem já”. Estes trabalhadores possuíam um documento de autorização chamado TPU que os autorizava a comercializar os produtos. Segundo Robert eles compravam este documento através de “permissionários; outras pessoas que vendiam estas autorizações”. Neste aspecto, seria viável verificar a lisura destas permissões diante do poder público no âmbito municipal e estadual. Pois, julgamos que a autorização para comercialização das mercadorias na Cidade de São Paulo é uma medida viável; para normalizar ou legalizar juridicamente o exercício destes trabalhadores. Nesta perspectiva, entendemos que no interior da sociedade de classes tais trabalhadores são em potencial: ou mão de obra a ser explorada pelo capital ou micro e médios empreendedores que poderiam dinamizar a economia local com a geração de emprego e renda.

Robert sabia que o número de trabalhadores informais era expressivo em âmbito nacional. Seu local de origem era o estado de Minas Gerais e estava em São Paulo desde os cinco anos de idade. Ainda estudava cursando o segundo ano do ensino médio. Não tinha ambição de cursar o ensino superior ou trabalhar no mercado formal. Comprava seus produtos na Rua 25 de Março e Trabalhava das 10 horas da manhã às 18 horas.

8 – A oitava entrevista fora realizada com outro trabalhador na Rua Dom José de Barros. Apresentou-se como Pedro Martins (tinha 30 anos e três filhos) e no início do diálogo – devido à apresentação do projeto (A geografia do trabalho informal no Centro Histórico da cidade de São Paulo) na introdução da entrevista – Pedro já começara a descrever sua trajetória profissional. Dissera que seu último emprego tinha se encerrado há três meses. Trabalhara como motorista com registro em carteira e atualmente estava recebendo o seguro desemprego. Sua atividade como trabalhador informal começara a partir da demissão realizada pela empresa de transporte e sua atividade sem registro em carteira se realizara através da “venda de sistemas de cartões de crédito para fidelização de clientes”. As vendas se realizavam por visitas ou por telefone. Era comissionado e dissera que em um mês ruim ganhava 1800 reais e em um mês bom ganhava entre 2000 e 2500 reais. Seu tempo de

trabalho diário era no mínimo 10 horas por dia. Desconhecia a atividade ou representação sindical diante do trabalho descrito. Trabalhara nove meses nesta função. Não possuía casa própria.

Possuía a aspiração de retornar ao mercado formal de trabalho. Atualmente estava distribuindo currículos e seu grau de escolaridade era superior em geografia (cursando). Gostaria de trabalhar como professor assim que o percentual do curso realizado o habilitasse para lecionar. Cursara um ano e faltavam dois anos para se formar. Dissera que a quantidade de trabalhadores sem vínculos empregatícios formais era grande no país e mesmo as pessoas que possuíam emprego formal com registro em carteira formalizados no mercado de trabalho realizava alguma atividade informal como complementação de renda devido aos baixos índices salariais no Brasil.

Durante a entrevista confirmara sua afirmação; dizendo que como professor os profissionais das escolas públicas – em especial as professoras – trabalhavam com a venda de múltiplos produtos no espaço escolar para complementarem suas rendas devido à desvalorização em todos os âmbitos dos professores do ensino básico no país; em especial a desvalorização salarial. Os produtos vendidos nas escolas eram múltiplos: alimentos, produtos de cosméticos vendidos por revistas catálogos (Avon, Boticário, entre outras, dvds de filmes relacionados a pedagogia, bijuterias, entre outros). Conhecia as respectivas informações porque sua esposa era professora. Seu local de Nascimento era a cidade de Piraju localizada no interior do estado e estava na capital paulista há 10 anos. Pedro no dia da entrevista estava auxiliando o trabalho de sua sogra; que trabalhava como vendedora ambulante-informal de roupas em geral na Rua Dom José de Barros – SP.

9 – A nona entrevista fora realizada também na Rua Dom José de Barros com um catador de material reciclável (papelão). Ao iniciarmos a entrevista o trabalhador estava organizando o que havia coletado (em um carro móvel) durante o dia de trabalho. Já era final da tarde. A respectiva entrevista se realizara por volta das 17 horas. Enquanto as perguntas eram feitas ele continuava organizando seus materiais no “carrinho”. O exercício de sua atividade – segundo o trabalhador – se relacionava falta de escolaridade; era analfabeto, nunca havia frequentado a escola e a falta de emprego no país.

Trabalhava coletando material reciclável há 18 anos e o destino dos materiais era o “ferro velho” local onde vendia os produtos. Nos dias em que conseguia coletar grande

quantidade de materiais obtinha 30 reais e nos dias que coletava menos os vendia a 15 reais. Trabalhava no mínimo 9 horas por dia. Mensalmente conseguia ganhar por volta de 700 reais e sua renda familiar era composta pelo que ganhava com a sua coleta somada a coleta da esposa que trabalhava do mesmo modo. Somando as duas rendas conseguiam mensalmente entre 1500 e 1600 reais. Não era associado a nenhuma cooperativa. Entretanto, dissera que a organização coletiva e uma entidade representativa seria algo importante. Não possuía casa própria, morava de aluguel na Rua General Osório no próprio centro.

Com oportunidade voltaria ao mercado formal de trabalho. Sua profissão era pedreiro e padeiro. Entretanto, salientava que não exercia estas profissões há 18 anos quando começou a trabalhar coletando materiais recicláveis nas ruas. Quanto às ações do governo ou estado diante dos trabalhadores que obtinham seu sustento nas ruas; dissera que algum tipo de auxílio seria positivo, como por exemplo, uma moradia. Frisou que a falta de emprego se devia ao fato da “ladroeira deles” referindo-se à representação política. Diante das ações dos fiscais de segurança e dos policiais militares com relação ao seu trabalho o entrevistado entendera que a pergunta se relacionava a alguma passagem de sua pessoa pela polícia devido a algum delito ou atividades ilegais, assim, dizendo “que já tive, mas já paguei tudo, não devo mais nada”. Ou seja, o trabalhador entrevistado já tinha sido condenado pela justiça devido a algum tipo de ação ilícita que cometera no passado. Coletava tudo no centro. E disse que “hoje tiraria 15 reais”. Vendia os materiais coletados em um “ferro velho” na Rua General Osório. Seu local de origem era Santo André (ABC paulista). No final da entrevista dissera o seu nome: Paulo.

10 – A décima entrevista fora realizada com um trabalhador que vendia produtos eletrônicos: *pendrive*, fones de ouvido; adquiridos no bairro Do Brás ou na Rua 25 de Março revendendo-os na Avenida Ipiranga. Seu local de origem era Gâmbia país localizado no continente africano. Apresentara-se como *Padialo* e estava no Brasil a 5 anos. Afirmara que possuía todos os documentos que legalizavam sua situação como imigrante no Brasil. Veio para o Brasil para trabalhar esperando uma ocupação formal em alguma empresa. Entretanto, não conseguira e tivera que retirar sua renda e seu sustento trabalhando no mercado informal vendendo mercadorias nas ruas da cidade. Os valores dos produtos variavam entre 5 a 15 reais.

Salientara durante a entrevista (assim como os demais trabalhadores) as dificuldades diante da ação dos fiscais de segurança e da polícia militar que já tinha apreendido seus

produtos. Veio para o Brasil sozinho e não tinha casa própria. Durante a entrevista; uma mulher cliente de *Padialo*, parou em seu ponto de venda e pediu para que o respectivo entrevistado trouxesse para ela “um outro sapato daquele azul marinho Ferrari. Eu preciso de um 26 ou 27 porque eu comprei o 25 e ficou pequeno”. *Padialo* disse à mulher que no dia seguinte o produto estaria em sua “banca” para a mesma passar e pegar o produto pretendido.

Sua renda diária variava entre 40 e 45 reais. Por mês retirava com a venda dos produtos por volta de 900 reais. Dissera que para estudar na África precisaria de dinheiro. A entrevista fora interrompida algumas vezes para *Padialo* realizar suas vendas. Vendera dois carregadores de celular por 18 reais. Não pretendia voltar para o seu país de origem, porque gostava do Brasil. Sua idade: 26 anos. Com relação a sua aposentadoria disse que gostaria de trabalhar em uma empresa para ter uma renda melhor quando estivesse mais velho. A ação do estado ou governo poderia se direcionar a construção de um espaço coletivo para que os conflitos entre ambulantes-policiais acabassem. Várias vezes perdera mercadorias devido à ação policial dizendo que os abordavam dizendo “já era negão e eles ficavam xingando você”. Morava de aluguel no centro. Trabalhava das 12 horas às 20 horas todos os dias da semana. Perguntando novamente como conseguia suas mercadorias *Padialo* dissera que “também tem outra forma; um amigo que traz direto do Paraguai”.

11 – A décima primeira e última entrevista realizada no dia 9 de janeiro de 2017; fora realizada com dois trabalhadores - que vendiam frutas de origem nordestina, do sertão da Bahia: umbu, ciriguela, pitomba e elixia, sendo esta, de origem chilena - em frente a uma das entradas-saídas da estação República do metrô por volta das 18 horas. Um deles se apresentou como Alexandre e tinha 42 anos. A causa de sua atividade era o desemprego que “afetam os pobres e trabalhador; porque eles lá não afeta nada”.

Estavam ali devido ao grande fluxo de pessoas que entravam e saíam da estação no horário de “pico”. Dissera que adquiria 100 reais por dia quando não havia repressão policial. Salientando que o novo prefeito precisaria deixá-los trabalhar. Estava nesta atividade há dois meses. Sustentava a família (mãe e irmãos). Salientou que para adquirir suas mercadorias acordava 4 horas da manhã e só parava de trabalhar quando vendesse tudo que tinha adquirido naquele dia. Somando 15 ou mais horas de trabalho diário. Observou ainda que em determinados dias não conseguia levantar novamente às quatro da manhã devido ao cansaço excessivo e só trabalhava no período da tarde.

Morava de aluguel. Era de Minas Gerais. Pretendia voltar ao mercado formal de trabalho citando alguns benefícios concedidos por algumas empresas: convênio médico, convenio odontológico, tendo mais “suporte” para trabalhar. Estudara até o segundo ano do ensino médio. Durante a entrevista frisou que “com a aposentadoria do governo não dava nem pra comprar os remédios”. A ação do estado ou governo diante de políticas para geração de emprego no país; segundo Alexandre deveriam se concentrar na legalização dos trabalhadores de rua. Com uma tributação mínima por parte do governo. Deste modo, não sofreriam com as ações repressivas da polícia militar. Frisando que não eram bandidos.

Com relação a representação sindical apresentou uma visão pessimista dizendo que muitas vezes estes “jogavam muito para o lado dos altos e que um sindicato sincero era muito difícil”. Argumentara o potencial das riquezas naturais brasileiras (rios, florestas, água doce, etc.) quando indagado sobre o desemprego no país.

Não conseguimos terminar a entrevista devido à ação policial. Quando chegávamos a próxima pergunta-resposta três polícias vieram em direção a “banca móvel” de Alexandre e este e seu companheiro tiveram que correr da ação repressiva da polícia militar para não terem suas mercadorias apreendidas.

4. RESULTADOS

A reestruturação produtiva do capitalismo, o incentivo do Estado brasileiro aos princípios políticos neoliberais norteados pela política econômica nacional, foram os principais fenômenos que contribuíram para a grande diminuição de vagas no mercado de trabalho a partir de 1990. Diante desse contexto, verificou-se um aumento significativo dos trabalhadores presentes no setor informal da economia da cidade de São Paulo (SP).

As fontes para obtenção de informações e dados primários e secundários pertinentes à realização da pesquisa - e verificação da hipótese descrita acima - tais como, as entrevistas realizadas com os informais/ambulantes e análise teórica e bibliográfica apresentaram-se com disponibilidade e facilidade de acesso.

Observou-se empiricamente que o trabalho informal é exercido diariamente em múltiplos lugares da cidade de São Paulo: trens, metrô, ruas e calçadas, galerias com produtos falsificados e/ou ilegais.

Através do questionário (em anexo) verificaram-se as características, as causas e efeitos desta precarização do trabalho no mundo contemporâneo; atrelando o referencial teórico bibliográfico para solidificar o tema, a pesquisa e a análise.

As entrevistas demonstraram o foco empreendedor de alguns ambulantes e a ausência de programas do Estado para estimular as atividades destes trabalhadores. Verificou-se ainda, a disponibilidade e a vontade dos trabalhadores informais de voltarem ao mercado de trabalho formal com registro em carteira. Entretanto, a geração de empregos formais não é política central do Estado brasileiro. Pelo contrário, no âmbito legislativo verificamos políticas que precarizam o trabalho: terceirizações, flexibilização das leis do trabalho, mercado regulamentado pelo crédito para valorizar a economia especulativa do mercado financeiro desestimulando a economia real produtora de mercadorias e geradora de empregos.

A análise bibliográfica, demonstrou a expressividade de trabalhadores ocupados na informalidade com uma variação entre 30% a 50% do total da população economicamente ativa. Assim, demonstra-se necessidade da análise e atenção diante do processo/fenômeno.

Consideramos a organização dos trabalhadores informais em entidades representativas na luta por direitos uma ação necessária e possível para despertar a consciência de classe deste quadro da classe trabalhadora. Salientamos que as ações sindicais são difíceis de serem

implementadas diante deste trabalho, bem como, a falta de atenção dos sindicatos e das centrais sindicais com esta expressiva mão de obra excedente.

Assim, as políticas liberais são mais fáceis de serem colocadas em prática beneficiando o capital em detrimento do trabalho.

4.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as décadas de 1990 e as duas primeiras décadas do século XXI não se criou no Brasil um projeto econômico de Estado que buscasse disponibilizar salário, emprego e renda condizentes com as necessidades de consumo e melhorias como ações preponderantes para atender as demandas dos trabalhadores brasileiros.

Após a abertura política (pós-ditadura militar de 1964 a 1985) e a consequente construção da Constituição Federal de 1988 todos os governos brasileiros implementaram ações econômicas liberais para favorecer as corporações econômicas do capital internacional e nacional.

A globalização econômica do capital se intensifica com o fim do socialismo real em virtude do sistema produtor de mercadorias não ter mais no cenário geopolítico internacional um sistema antagonico para contradizer sua lógica de funcionamento.

Observaram-se também as novas funções que o centro histórico de São Paulo passa a adquirir com o advento da terceira revolução industrial, altamente tecnificada com a produção industrial descentralizada. Neste processo observamos a desconcentração espacial da indústria ao se deslocarem para o interior do estado, outros estados e outras regiões brasileiras.

O centro histórico nas últimas décadas do século XX se forma como um espaço concentrador das atividades do terceiro setor. Entretanto, não disponibilizou empregos suficientes para os trabalhadores presentes na cidade e em suas regiões metropolitanas. Assim, o trabalho exercido na informalidade – sem carteira assinada – apresentou crescimento significativo como meio de subsistência para os trabalhadores.

Verificou-se ainda que o índice de informalidade no Brasil atinge percentuais significativos com números variando entre 30% a 50% da população economicamente ativa. O índice de desemprego chegando aos 13 milhões somados aos números anteriores torna a realidade da classe trabalhadora brasileira ainda mais difícil.

Deste modo, verifica-se que o liberalismo não trouxera benefícios para a população brasileira. Os indicadores sociais, além do desemprego, tais como: saúde, salário, moradia, segurança, educação, violência urbana são ruins; pois precisam de ações políticas do Estado brasileiro, com múltiplos investimentos para melhorar a qualidade de vida da população.

As entrevistas confirmaram todas as análises teóricas e entende-se que o problema social da informalidade deve ser tratado com políticas que possibilitem a formalização destes trabalhadores; com ações macro econômicas e micro econômicas que visem gerar emprego e renda para combater a precarização do trabalho e as altas taxas de desemprego.

Assim, compreendemos que os limites democráticos representativos devem estar comprometidos com a construção de um país mais justo. Para tanto, as ações políticas não devem se concentrar para beneficiar somente a lógica de acumulação-reprodução do sistema capitalista de produção. Pelo contrário, todas as ações devem contemplar as necessidades da classe trabalhadora.

4.2. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho/ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

BALTAR, Paulo. *Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil*. Campinas: 2014. Estudos avançados. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103-40142014000200007. Acesso em: [07/09/2016].

BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington*. São Paulo. Editora Peres. 3 ed, 1995.

BAVA, Silvio Caccia. *O Brasil será o Paraná?* São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, 2016.

BERNARDO, João. *Democracia totalitária – Teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo. Cortez, 2004.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri / OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri / OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografias de São Paulo 2: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHASIN J. (org.). *Cadernos ensaio/Marx Hoje*. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). *Boletim trabalho no comercio*. DIEESE virtual, São Paulo 2009. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2009/2009pedsetoriaisinformalidadescomercio.pdf>. [Acesso em: 03/11/2015].

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DUALIBE, Mônica Damous. *A informalidade das relações de emprego e a atuação da inspeção do trabalho – uma análise para o Brasil e o Maranhão*. São Luiz: EDUFMA, 2013.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERRO, Marc. *O século XX*. Rio de Janeiro: Ediouro Multimídia, 2009.

GRAMSCI, António. *Todo Homem é Filósofo*. s/l; s/d. Disponível em: <https://marxists.org/portugues/gramsci/index.htm>. [Acesso em: 07/08/2017].

GUERRA. A; POCHMANN M; SILVA R. *Atlas da exclusão social no Brasil. Volume 2. Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XX*. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O mundo multipolar e a integração sul-americana*. s/l. Comunicação e política – v. 25, número 3, s/d.

HARVEY, David. *O neoliberalismo*. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores – estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUCK, Hermes M. *Sentença estrangeira e Lex Mercatoria/horizontes e fronteiras do comércio internacional*. São Paulo: Saraiva, 1994.

IANNI, Octavio. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Economia informal Urbana*. 2003. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6150.pdf>. [acesso em 14/07/2016].

KEROUAC, Jack. *On the Road – PÉ NA ESTRADA*. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2010.

Kreyn J; Proni M. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. 2010. Disponível em: OIT/Escritório da OIT no Brasil. http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf. [Acesso em: 25 de janeiro de 2017].

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LÖWY, Michael. *Afinidades Revolucionárias; nossas estrelas vermelhas e negras; por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MAMIGONIAN, Armen. *Tecnologia e Desenvolvimento Desigual no Centro de Sistema Capitalista de Produção*. Rev. Ciências Humanas, n° 2, Santa Catarina: Ed. Da UFSC, 1982.

MARX, Karl. *O Capital*. Edição condensada. São Paulo: Edipro, 2016.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Textos 2*. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

MATTOS, Marcelo B.; VEJA, Ruben; (org). *Trabalhadores e ditaduras – Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

OLIC, Nelson Bacic. ; CANEPA, Beatriz. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 2004.

POCHMANN, Márcio. *O Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil*. Revista do Legislativo, abr./ dez., 1999.

POCHMANN, Márcio. *A Década dos Mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, Márcio. *Reestruturação Produtiva/ Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

POMAR, Vladimir. *Era Vargas: a modernização conservadora*. São Paulo: Ática, 2008.

GUERRA, Alexandre/POCHMANN, Márcio/SILVA, Ronie Aldrin Silva; org. *Atlas da Exclusão Social no Brasil. Volume 2. Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI*. São Paulo: Cortez, 2015.

KONDER, L. *Marx: vida e obra*. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015

PORTAL G1. *General Motors anuncia demissões na fábrica de São José dos Campos em São Paulo.* (website) 08 de agosto de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2015/08/general-motors-anuncia-demissao-na-fabrica-de-sao-jose-dos-campos-sp.html>. [Acesso em: 08 de agosto de 2015].

RAMOS, Lauro. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano*. Rio de Janeiro: Texto para discussão/IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4145&catid=312. [Acesso em: 10 de outubro de 2015].

REGO, Leão Walquiria. ; PINZANI, Alessandro. *Vozes do bolsa família – Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013..

REIS, Maurício Cortez. ; ULYSSEA, Gabriel. *Informalidade e crescimento: algumas questões e propostas de políticas*. Rio de Janeiro: Texto para discussão/IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4674&catid=309. [Acesso em: 07 de agosto de 2017].

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton / SILVEIRA, María Laura. *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização/ do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton / SOUZA, Maria Adélia A. de / SILVEIRA, Maria Laura: organizadores. *Território – globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, s/d.

SANTOS, Milton. *Da política dos Estados a política das empresas*. Em cadernos da Escola do Legislativo. São Paulo, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul; JAKOBSEN, Kjeld; POCHMANN, Márcio. *O mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Monsanto. 1973.

THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária*. 2ª ed. São Paulo: Polis, 1981.

VASCONCELOS, Gilberto. *Debate e Crítica*. São Paulo: HUCITEC. 1975.

ANEXOS

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PPGH (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA) - COLÓQUIOS COM O ORIENTADOR

O estudo em questão fora idealizado durante a iniciação científica realizada no curso de graduação na UNESP (Universidade Estadual Paulista) com o objetivo de discutir a problemática do trabalho informal na cidade de Ourinhos – São Paulo.

Ao passar pelo processo seletivo realizado pelo PPGH (Programa de Pós Graduação em Geografia Humana - USP) o projeto inicial acima citado tivera que ser discutido e avaliado com o orientador Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato. Deste modo, a primeira questão a ser definida fora; a delimitação espacial para o estudo do fenômeno/processo da informalidade na cidade de São Paulo. Avaliando a dinâmica urbana da respectiva cidade definimos (orientador e orientando) que a análise da pesquisa se concentraria no estudo do trabalho informal que se realiza no centro histórico da cidade de São Paulo.

Entendemos que a concentração das atividades econômicas informais são executadas nesta área da cidade em consequência de múltiplas variáveis; sendo o fluxo de pessoas clientes/compradores/fregueses o principal estímulo para tal concentração. Durante os encontros discutimos ainda, os aspectos teóricos e bibliográficos considerados coerentes e pertinentes diante do objeto e dos objetivos da pesquisa.

Consideramos que a informalidade é um processo e um fenômeno abrangente no mundo do trabalho contemporâneo; que se desenvolve como um efeito negativo das políticas neoliberais implementadas como principal paradigma econômico pelos países centrais para os demais países do mundo. Tal processo adquire caráter hegemônico a partir da configuração da nova ordem mundial em 1990. O levantamento e a análise teórica/bibliográfica se realizou com o objetivo de ampliar a reflexão crítica sobre os nocivos impactos do neoliberalismo diante do conflito capital-trabalho inerente ao sistema capitalista de produção.

Levantamos ainda, questões e questionários coesos e coerentes para a realização do trabalho de campo. Objetivando compreender – entre outros aspectos – a concepção social e política do trabalhador que executa suas atividades na informalidade.

Assim, realizou-se o acompanhamento da (pré) construção textual do projeto com correções, esclarecimento de dúvidas, formatações dos aspectos organizacionais do texto, sugestões e discussões bibliográficas importantes para o desenvolvimento da pesquisa e da análise do tema.

5.1. AVALIAÇÕES DAS DISCIPLINAS CURSADAS

A disciplina “A Produção da Metrópole no Período Atual: Estados, Corporações e Organizações de Solidariedade” cursada durante o ano de 2015 com o Prof. Dr. Ricardo Mendes fora de suma importância para ampliar o horizonte teórico e analítico diante da organização da sociedade contemporânea.

Assim, com a bibliografia apresentada, as discussões e análises realizadas durante o curso compreendemos que: a produção da metrópole no período atual adquire uma perspectiva híbrida/heterogênea onde múltiplos atores sociais (Estado, corporações e grupos de solidariedade) agem em sua regulação e em sua formação espacial. O Estado como agente regulador hegemônico divide as ações normativas com os demais agentes sociais. As corporações capitalistas com a globalização econômica e o neoliberalismo adquirem um poder regulador cada vez maior para atingirem seus interesses e maximizarem seus lucros e os grupos de solidariedade buscam seu poder de ação diante do Estado e das corporações.

Na perspectiva que abrange a temática do projeto consideramos que o trabalhador ou grupo de trabalhadores informais constitui um dos agentes sociais produtores da metrópole no período atual com significativa abrangência. Porém, diante das dificuldades de auto-organização (associações ou sindicatos) tal seguimento de trabalhadores - pertencentes à classe trabalhadora - está ainda mais vulnerável as ações corporativas do Estado como instituição representativa dos interesses das grandes corporações produtivas/empresariais.

Com a disciplina “Geografia Política: teoria sobre o Território e o Poder e sua Aplicação a Realidade Contemporânea” ministrada pelo Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa, identificamos as formas de organizações dos Estados, o exercício do poder possibilitado pelas novas mídias e tecnologias de informações que os grupos historicamente reprimidos (trabalhadores, sindicatos, estudantes, mulheres, ativistas ambientais, etc) utilizam para se auto organizarem na luta por direitos, as relações internacionais entre os países diante da ausência de regras ou leis claras para permearem tais relações, questões relativas ao

conselho de segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), os investimentos na tecnologia militar brasileira, as vantagens tecnológicas dos países centrais diante dos países subdesenvolvidos, a importância e o papel do Brasil na América Latina e no mundo, por fim, as principais correntes de pensamento que teorizam a geopolítica: a teoria realista, a teoria liberal e a teoria construtivista.

Com a análise teórica e bibliográfica desta disciplina observamos que diante do discurso neoliberal defensor da proposta de que a estrutura econômica deve ser gerida sem a intervenção do Estado; de modo contraditório o conceito de Estado-Nação ainda se sustenta de maneira sólida nas relações internacionais. Entretanto, com o atual liberalismo econômico as ações estatais estão majoritariamente destinadas a atenderem os anseios e os objetivos do capital, seja na escala nacional ou global. Assim, não atendendo os objetivos e as necessidades da classe trabalhadora, citando-se como principais: geração de emprego e renda.

A disciplina “Agricultura e Urbanização” ministrada pelo prof. Dr. Júlio César Suzuki, viera a contribuir com a pesquisa a partir das análises teóricas e bibliográficas que fundamentaram a tese de que a economia brasileira se sustenta majoritariamente com a produção/exportação de gêneros primários que beneficiam um setor minoritário de nossa sociedade. Ressaltando-se ainda que restringir a economia do Brasil aos objetivos do agronegócio não é uma proposta de política econômica benéfica para os trabalhadores rurais e urbanos do país. Para os trabalhadores do campo entendemos como necessária a reforma agrária e para os trabalhadores da cidade uma alternativa viável seria a construção de um projeto de desenvolvimento tecnológico e industrial como mecanismo para ampliar as vagas no mercado de trabalho, bem como, a qualificação do emprego e renda.

5.2. QUESTIONÁRIO DE CAMPO E ANÁLISE EMPÍRICA

- 1 - O que o levou ao exercício desta atividade?
- 2- Quais produtos são vendidos?
- 3 – Como estes produtos são obtidos?
- 4 – Quanto se adquire por peça vendida?
- 5- Quanto se adquire diariamente?
- 6 – Quanto se adquire mensalmente?
- 7 – Desde quando exerce este tipo de atividade?
- 8 – A renda familiar é proveniente somente com os ganhos deste trabalho?
- 9 – Existe alguma associação representativa de seu trabalho?
- 10 – Você julga importante os trabalhadores ambulantes ter uma entidade representativa? Por quê?
- 11 – Você tem casa própria ou outros bens adquiridos com o exercício de seu trabalho?
- 12 – Você voltaria ao mercado formal de trabalho?
- 13 – Qual seu grau de escolaridade?
- 13 – Você conhece os direitos do mercado formal de trabalho? As leis básicas do trabalho contidas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)?
- 14 – Com relação a sua aposentadoria no futuro/ O que você pensa sobre isso?
- 15 – O que o governo (federal, estadual ou municipal) poderia fazer em benefício dos trabalhadores informais/ambulantes?
- 16 – Porque os governantes não realizam estas ações?
- 17 – Quais as dificuldades de organização coletiva dos trabalhadores informais na luta por direitos?

18 – Em uma empresa; com registro em carteira de trabalho; você ganharia o que você ganha como trabalhador ambulante?

20 – Qual sua posição com relação ao desemprego no Brasil?

19 – Qual a relação que você possui com a polícia ou os fiscais?

20 – Você já perdeu suas mercadorias ou foi agredido por algum deles?

21 – Porque você escolheu este espaço/lugar para exercer seu trabalho? O governo/fiscais/polícias aceitam?

22 – O que você e os demais trabalhadores informais poderiam fazer para melhorar a execução de suas profissões?

23 – Por que não fazem?

24 – Em qual local da cidade você mora? É casa própria/alugada/área ocupada?

25 – Por quê a escolha deste local para venda das mercadorias?

26 – Quantas pessoas você acredita que trabalham como informais na cidade de São Paulo? E no Brasil?

27 – Qual o seu local de origem/nascimento?

28 – Você esperava trabalhar como informal em São Paulo?

29 – Quais são as vantagens e desvantagens do trabalho informal?

5.3. FOTOGRAFIAS DO TRABALHO DE CAMPO

Avenida Ipiranga.

Avenida São João.

Avenida Ipiranga.

Cruzamento entre a Avenida São João e a Rua Dom José de Barros.

Avenida Ipiranga.

Rua Dom José de Barros.